

The background of the entire page is a photograph of a modern building's exterior. The building has large glass windows and doors, a white horizontal siding, and a dark overhang. A security camera is mounted on the roofline. In the foreground, there is a paved walkway, some dirt, and a small garden area with various plants and flowers.

nos

we believe in...

RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS | 2021

Índice

PARTE I - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	4
1. Mensagem do Conselho de Administração	4
2. NOSi hoje: Modelo Empresarial, Objetivo e Estratégias	7
2.1 Missão e Visão	7
2.2 Estrutura de capital	7
2.3 Modelo de governo e remunerações	7
2.4 Modelo organizacional	8
2.5 Organograma funcional	9
2.6 Objetivo e linhas de orientação estratégica	10
3. Principais Acontecimentos e Atividades do Ano	11
3.1 Acontecimentos em destaque	11
3.2 Pilar autenticação e identificação digital	12
3.3 Pilar interoperabilidade entre sistemas	13
3.4 Pilar inovação disruptiva nos processos, produtos e serviços	14
4. NOSi em números	16
4.1 Indicadores de desempenho operacional e financeiro	16
4.2 Ráculos de gestão	17
4.3 Serviço ao cliente (NOSiTSM)	17
4.4 Batalhar pelo talento	18
4.4.1 NOSiAkademia	18
4.4.3 WebLab	19
5. Balanço Social Capital Humano	20
5.1 Indicadores de síntese – caracterização do universo laboral	20
5.2 Distribuição por Vínculo Laboral	20
5.3 Distribuição por Antiguidade	21
5.4 Distribuição por género	21
5.5 Qualificações profissionais	22

5.6	Distribuição por estrutura orgânica	23
5.7	Atividade formativa	23
5.8	Horário de trabalho	24
5.9	Mobilidade do universo laboral	25
5.10	Qualidade e condições de trabalho	26
5.10.1	Higiene Segurança no Trabalho	26
5.10.2	Medicina do Trabalho	26
5.11	Valor organizacional e cultural	28
5.11.1	Retiro Profissional	28
5.11.2	Jantar de Natal	34
6.	Divulgação de informações complementares	41
7.	Agradecimentos	41
8.	Proposta de aplicação de resultados	41
PARTE II - CONTAS 2021 DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS		42
1.	Balanço	43
2.	Demonstração de resultados por natureza	44
3.	Demonstração de fluxo de caixa	45
4.	Demonstração de alteração de capital próprio	46
PARTE III - ANEXO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020		47
1.	Identificação da Entidade	47
2.	Nota 0 – Referencial Contabilístico De Preparação Das Demostrações Financeiras	47
3.	Nota 1 – Resumo Das Principais Políticas Contabilísticas Adotadas	48
4.	Nota 2 – Fluxos De Caixa	54
5.	Nota 3 – Ativos Fixos Tangíveis	55
6.	Nota 4 – Ativos Intangíveis	56
7.	Nota 5 – Clientes	56
8.	Nota 6 – Estado E Outros Entes Públicos	58
9.	Nota 7 – Diferimentos	60

10. Nota 8 – Outras Contas A Receber	60
11. Nota 9 – Caixa E Depósitos Bancários	61
12. Nota 10 – Capital Próprio	61
13. Nota 11 – Financiamentos Obtidos	62
14. Nota 12 – Fornecedores	63
15. Nota 13 – Outras Contas A Pagar	64
16. Nota 14 – Diferimentos	64
17. Nota 15 – Vendas E Prestações De Serviços	64
18. Nota 16 – Subsídios Á Exploração	67
19. Nota 17 – Fornecimentos E Serviços Externos	68
20. Nota 18 – Gastos Com O Pessoal	70
21. Nota 19 – Outros Rendimentos E Ganhos	71
22. Nota 20 – Outros Gastos E Perdas	72
23. Nota 21 – Gastos/Reversões De Depreciação E De Amortização	72
24. Nota 22 – Juros E Perdas Similares Suportados	72
25. Nota 23 - Garantias	73
26. Nota 24 - Partes Relacionadas	73
27. Nota 25 – Responsabilidades E Compromissos Financeiros Não Incluídos No Balanço	
73	
28. Nota 26 – Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais	74
29. Nota 27 - Outras Informações Sobre A Aplicação Do Regime Do Acréscimo	74
30. Nota 28 – Eventos Subsequentes	74
PARTE IV - PARECERES ÀS CONTAS	76

PARTE I - RELATÓRIO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1. Mensagem do Conselho de Administração



CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente e CEO)

Em 2021 continuámos a viver tempos de mudança provocada pela crise pandémica com impacto nunca antes visto no plano sanitário, social e económico, impondo novas formas de nos relacionarmos e a novos métodos de trabalho para responder a novas necessidades. Mas, todas as crises trazem também oportunidades. Se antes tínhamos ainda um longo caminho a percorrer na digitalização, a pandemia do covid-19 e o consequente confinamento e adoção da prática de teletrabalho obrigaram a maioria dos negócios a terem

de se adaptar rapidamente, reformulando o modelo das infraestruturas tecnológicas e organizacionais para uma evolução rápida e contínua de cada vez mais *workloads* para a *cloud*, tornando as soluções de cibersegurança um imperativo para acompanhar a transição digital e as consequentes ameaças cibernéticas.

Na prossecução da sua atividade, o NOSi como instituição de referência no sector digital em Cabo Verde, tem vindo a adotar um conjunto de medidas, tanto a nível da estratégia e estrutura organizativa para reposicionamento no novo ecossistema digital nacional, como do modelo operacional em consolidação, dando lugar a uma estrutura empresarial mais eficiente e eficaz, em consonância com as melhores práticas do sector e os desafios de transição digital do país.

Foi o segundo ano de implementação do Plano de Ação Global Estratégico para horizonte 2019 - 2022 (PAGE), em linha com os compromissos assumidos junto do acionista único Estado e com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (PEDS) que projeta “Cabo Verde país plataforma: *hub* tecnológico e da inovação no atlântico médio”.

Dos objetivos estabelecidos nos três pilares de atuação do PAGE: (i) Autenticação e Identificação Digital; (ii) Interoperabilidade entre Sistemas e (iii) Inovação Disruptiva nos Processos, Produtos e Serviços, assumiu particular destaque em 2021 o cumprimento quase integral das metas previstas nos pilares (i) e (ii), e ainda a consolidação tecnológica, com sucesso, das soluções de cibersegurança governamental que garantem que as operações na Rede Tecnológica Privativa do Estado (RTPE) decorram em segurança e *compliance*, sem limitar o desempenho dos milhares de colaboradores da administração pública – no território e no exterior –, bem como, dos cidadãos e das empresas na sua relação com o Estado, disponibilizando as ferramentas adequadas para o acesso aos sistemas e aos dados, como previsto no plano de recuperação do ciberataque ocorrido em de novembro de 2020 e na estratégia de modernização da *cloud* governamental.

O reembolso financeiro esperado em 2021 para compensação dos significativos investimentos feitos pelo NOSi em projetos prioritários e urgentes para consolidar a governação digital e acelerar a economia digital no país, inscritos no pacote de financiamento do Banco Mundial no âmbito do Programa Digital Cabo Verde, infelizmente não se verificou, situação que tem causado enormes restrições na gestão

de tesouraria e do fundo de maneio da empresa, com impacto negativo no normal funcionamento das atividades.

Mas, apesar desta forte restrição imposta pelo atraso no processo de reembolso no âmbito do financiamento do pacote Banco Mundial – Programa Digital Cabo Verde, a reorientação da empresa para as atividades core de governação digital e simplificação na estrutura organizacional iniciada em 2020, ainda a decorrer, tiveram impacto positivo na agilidade e eficácia operacional, permitindo melhorar significativamente os indicadores de prazo médio de pagamentos (PMP) e prazo médio de recebimentos (PMR), que para além de níveis elevados, vinham com uma forte tendência de crescimento ao longo dos últimos anos.

Relativamente ao PMR, inverteu-se essa tendência de crescimento com uma redução de 21% face ao ano anterior devido às novas práticas na política de crédito, no reforço da confiança e na melhoria significativa do serviço ao cliente. A redução do PMP em 18% face ao ano anterior demonstra, a eficácia dos ajustamentos na estrutura interna de gestão e na eficiência do novo modelo de relação estabelecido com os fornecedores de serviços correntes, que permitiu não só pagamento de faturas destes fornecedores em tempo útil, como melhorou a confiança e os SLAs de entregas contratualizados.

No exercício anterior, fez-se anulação de alguns saldos a receber de clientes, bem como, constituição de imparidade acrescidas de outras regularizações efetuadas, ainda assim em 2021 a situação patrimonial líquida da empresa continua positiva, num montante de mCVE 217 273. Sem prejuízo do imperativo cumprimento das metas constantes no plano de atividade da empresa que visam melhorar o resultado líquido do próximo exercício, em termos dos rácios de estrutura financeira que carecem de melhoria de performance, nomeadamente, o grau de autonomia financeira de 21%, sugere claramente a necessidade de medidas estruturais de reforço da capitalização da empresa para melhorar de forma sustentável este rácio. A média do valor do ativo da empresa no conjunto dos últimos três exercícios, atinge os mCVE 1 100 000, mas sempre com uma forte dependência de terceiros.

A solvabilidade situou-se em 0.26, facto que indica algum desequilíbrio económico-financeira que urge corrigir. A liquidez geral da empresa foi de 1.48, um rácio ligeiramente superior ao exercício anterior, com um acréscimo de 1,3%, o que demonstra a manutenção da confiança da empresa junto dos credores.

Não obstante este contexto altamente desafiante, manteremos a execução da estratégia delineada, acreditando nas capacidades das nossas equipas para

superar os desafios que teremos pela frente. O ano foi marcado, decisivamente, com um novo paradigma de relações entre o NOSi e as Câmaras Municipais do país, pois o contrato de prestação de serviços e-Gov (re)negociado e assinado com a Câmara Municipal de São Miguel em novembro de 2021, clarifica os termos de parceria, cria e garante as condições para acelerar o processo de transição digital nesse concelho e recuperação de dívidas desde 2016, perspetivando o mesmo para os demais 21 (vinte e um) municípios do país.

A nível da reorientação da presença internacional do NOSi, regista-se bons resultados em São Tomé e Príncipe e perspetivam-se reforço da presença do NOSi em outros países africanos de língua oficial portuguesa e entrada em países da região da CEDEAO, contribuindo deste modo, para melhorar o resultado líquido da empresa e garantir a sua competitividade e sustentabilidade económico-financeira a longo prazo.

Por isso, mesmo cientes dos grandes desafios que teremos pela frente, podemos afirmar que o NOSi tem hoje condições para reforçar a sua missão e designio estratégico na transformação tecnológica do sector público cabo-verdiano, permitindo preservar e reforçar o seu papel como um ator de relevo na transição digital do país.

2. NOSi hoje: Modelo Empresarial, Objetivo e Estratégias

2.1 Missão e Visão

Missão

NOSi, EPE tem por missão, liderar a transformação tecnológica no setor público cabo-verdiano para melhorar a vida dos cidadãos e promover colaborações inovadoras entre as empresas.

Visão

NOSi, EPE propõe ser um agente determinante da era do *Fast IT* em Cabo Verde, aproveitando as melhores soluções tecnológicas e colocá-las em prol de um serviço público mais responsável e inclusivo.

2.2 Estrutura de capital

O Capital social do NOSi, de mCEV 50 000, integralmente detido pelo estado de Cabo Verde, é representado por 50 000 ações de valor nominal de mCVE 1 cada.

2.3 Modelo de governo e remunerações

O modelo de Governo do NOSi baseia-se na orientação estatutária constante no Decreto-Lei nº 13/2014, de 25 de fevereiro que cria o NOSI, E.P.E., composto pelos seguintes Órgãos Sociais:

Conselho de Administração

Presidente

Carlos Alberto Tavares De Pina

Administradores Executivos

Mayra Suely Santos Silva

Lumumba Fernandes Barbosa

Fiscalização

Fiscal Único – Efetivo

Luis Aguiar – Auditor Certificado

Mesa da Assembleia Geral

Presidente

Leonilde Tatiana Santos

2.4 Modelo organizacional

O NOSi estrutura-se em Direções Funcionais e Áreas de Projetos num modelo de gestão matricial sob três pelouros. As estruturas orgânicas são flexíveis e orientadas a projetos e dotadas de um conjunto de competências e atribuições.

As funções e atribuições na estrutura organizacional, são:

- Diretor / Project Management Officer
- Product Manager (função de Assessoria Técnica ao CA)
- Project Manager
- Chefe Divisão / Team Leader
- Team Member

O Pelouro Arquitetura e Interoperabilidade subdivide-se em duas áreas estratégicas:

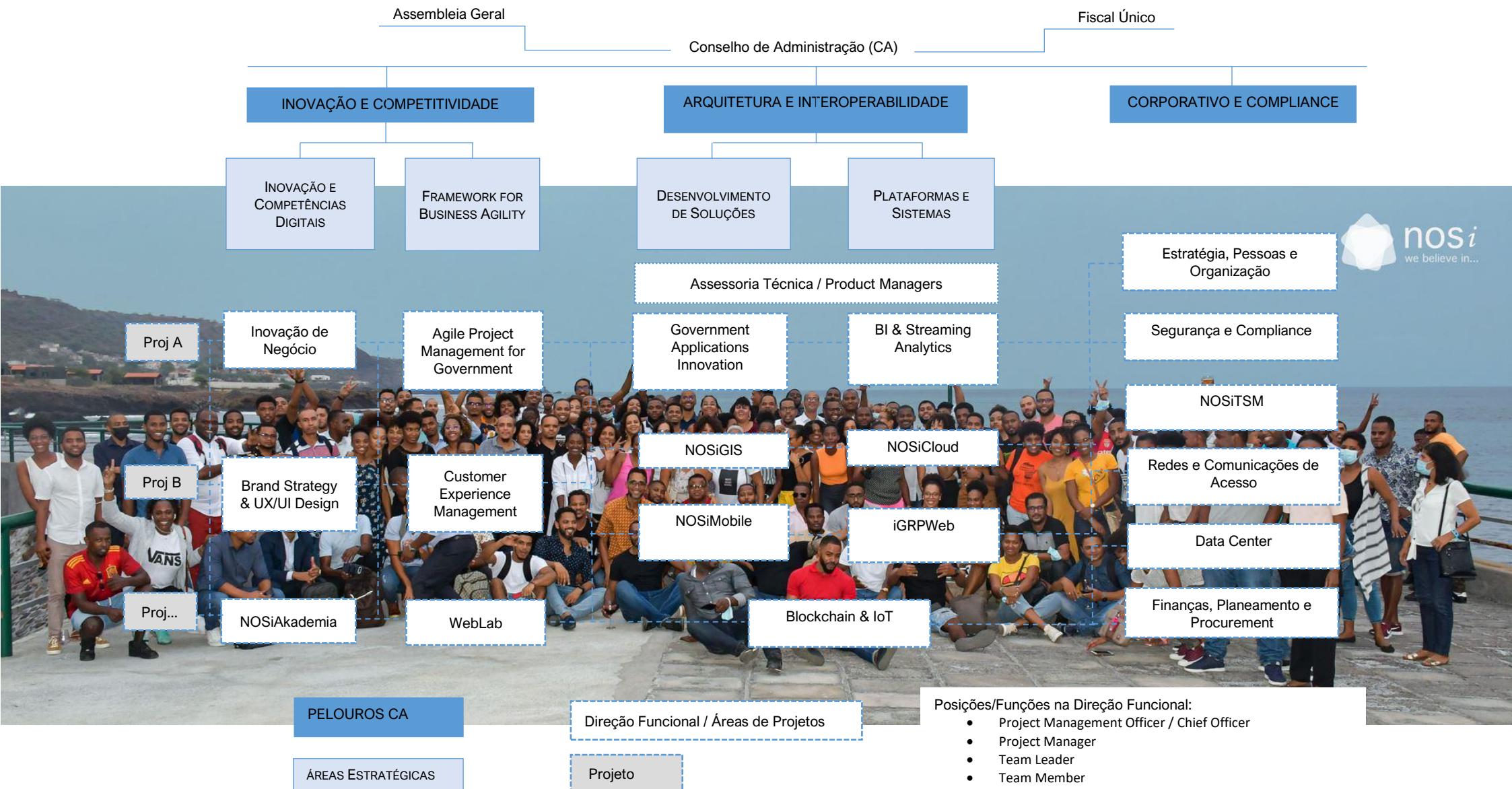
- Desenvolvimento de Soluções
- Plataformas e Sistemas

O Pelouro Inovação e Competitividade subdivide-se em duas áreas estratégicas:

- Inovação e Competências Digitais
- Framework for Business Agility

Na dependência direta do Conselho de Administração fica a Direção de Estratégia, Pessoas e Organização (EPO) e todas as Áreas de Projetos que não estejam integradas em Direções Funcionais.

2.5 Organograma funcional



2.6 Objetivo e linhas de orientação estratégica

Reposicionamento estratégico da empresa no novo ecossistema digital do país, em linha com objetivo preconizado no Programa do Governo dependerá da consolidação do e-Gov, através dos três pilares de atuação – segundo três eixos estratégicos. Os três eixos estratégicos subdividem-se em seis temas de intervenção orientados aos três pilares, que materializa a nova arquitetura que suporta a governação digital do país, conforme a figura abaixo.



3. Principais Acontecimentos e Atividades do Ano

3.1 Acontecimentos em destaque

- Ministério das Finanças e o NOSi assinaram no dia **03 de dezembro**, a renovação e atualização do Protocolo de Prestação de Serviços, que tinha sido celebrado em 2018, no qual se estabeleceu um novo regime de prestação de serviços aplicável às relações entre as partes, abrangendo as entidades da Administração Direta do Estado. Protocolo atualizado dota a empresa de maior previsibilidade operacional, melhorando a sua capacidade de resposta aos desafios que lhe vão sendo colocadas por novas e importantes exigências da transição digital do país, quer no âmbito da cibersegurança nacional, quer domínio do novo modelo de framework de desenvolvimento e da arquitetura de interoperabilidade nacional, que visam garantir a agilidade e eficácia das soluções de governação digital, e simultaneamente, promover o sector privado TIC nacional.
- NOSi e CMSM assinam contrato de prestação de serviço e-Gov no dia **04 de novembro**. Tratou-se de um passo e marco importante nas relações entre o NOSi e as Câmaras Municipais do país, pois clarifica os termos de parceria, cria e garante as condições para acelerar o processo de transição digital, que se prevê vir a acontecer com os demais 21 (vinte e um) municípios do país.
- O Presidente da República de Cabo Verde, Jorge Carlos de Almeida Fonseca, efetuou no dia **11 de outubro**, uma visita de cortesia ao Núcleo Operacional da Sociedade de Informação – NOSi-EPE, e ao Parque Tecnológico de Cabo Verde. Foi recebido pelo Vice-Primeiro Ministro, Olavo Correia e pelos membros dos Conselhos de Administração do NOSi-EPE e do TechPark, liderado pelos seus respetivos presidentes. Durante esta visita, o Presidente da República teve a oportunidade de assistir a apresentação sobre “Estado da Arte da Cibersegurança em Cabo Verde”, efetuar visita guiada ao Parque Tecnológico, e participar do momento de gratulação, proporcionado pelo NOSi em sua homenagem.
- No quadro das medidas prioritárias do Governo para acelerar a transição digital do país, o NOSi tem desenvolvido soluções que facilitem a identificação e autenticação digital, para que os cidadãos tenham acesso a um vasto portfólio de serviços da administração pública de forma segura e eficiente. Assente nessas prioridades e no Decreto-legislativo n.º 5/2020, de 21 de julho, que cria a Chave Móvel Digital de Cabo Verde (CMDCV) como instrumento alternativo e voluntário de autenticação dos cidadãos nos portais públicos e

como meio de assinatura eletrónica qualificada, e tendo em perspetiva o lançamento da solução CMDCV, o NOSi promoveu no dia **17 de setembro**, um encontro entre os parceiros de implementação do projeto CMDCV e parceiros estratégicos - públicos e privados, para socialização e recolha de subsídios visando acelerar a operacionalização eficaz do projeto. O encontro decorreu na plataforma online e contou com forte presença e participação dos representantes da Banca, das Operadoras de Telecomunicações, das seguradoras, das Embaixadas, e ainda de diversas entidades Públicas e Privadas.

- No dia **02 de agosto**, numa Cerimónia presidida por SE Sr. Primeiro-ministro, Ulisses Correia e Silva fez-se o lançamento público da plataforma “Nha Card” – certificado digital de Cabo Verde – (<https://nhacard.gov.cv/>). “Nha Card” é a plataforma que veio garantir a desmaterialização e disponibilização de forma segura e eficiente dos certificados de vacinação, testes e de recuperação da covid-19.
- NOSi recebeu no dia **09 de julho**, a visita de S.E. o Presidente da Guiné-Bissau, Umaro Sissoco Embaló, e comitiva, que se encontrava em Cabo Verde para uma visita oficial. Foi um momento de partilha, tendo em perspetiva o reforço e alargamento de parcerias existentes entre os nossos países no domínio do digital.
- NOSi recebeu no dia **27 de maio**, a visita de S.E. o Presidente do Governo da Região Autónoma do Príncipe, Filipe de Nascimento, e comitiva, no âmbito da missão oficial de Serviço que a efetuou ao nosso país. Entre o Governo de Cabo Verde/NOSi e Região Autónoma do Príncipe, ficou assente total abertura e disponibilidade para cooperar e estabelecer parcerias profícias nos domínios da Governação digital.

Os três pilares de atuação definidos no Plano de Ação Global Estratégico do NOSi para o triénio 2019-2022, continuaram a nortear as atividades em 2021.

3.2 Pilar autenticação e identificação digital

Autenticação e identificação eletrónica constitui um dos pilares do PAGE. Isto, para acelerar a transição digital e ajudar o país a ser mais competitivo, garantindo e promovendo a identificação digital numa abordagem self-service para que os cidadãos e empresas accedam e forneçam serviços de forma livre, segura e transparente.

- Após um processo complexo, que teve que se cumprir rigorosos requisitos, forte investimento na capacidade técnica e humana, a credenciação da **NOSiCA - entidade certificadora** foi um marco importante para NOSi, que passou a emitir, distribuir, renovar e revogar certificados digitais de segundo nível na hierarquia da Infraestrutura de Chaves Públicas de Cabo Verde e a prestar serviços de assinatura eletrónica às pessoas físicas e coletivas.
- Conclusão dos desenvolvimento e melhorias no **Sistema Nacional de Identificação e Autenticação Civil (SNIAC)** para adequar e agilizar a emissão do Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano (PEC), o Cartão Nacional de Identidade (CNI) e o Título de Residência para Estrangeiros (TRE).
- Concluiu-se a reformulação da plataforma **AUTENTIKA** enquanto plataforma de gestão de Identidade Eletrónica, Autenticação e Assinatura Digital do Estado de Cabo Verde que garanta e facilita a identificação digital segura e confiável entre os cidadãos e os provedores de serviços online (públicos e privados).
- Conclusão da operacionalização do **Middleware de Cabo Verde** e criando condições tecnológicas para ativação das funções digitais CNI e TRE, em articulação com demais entidades do processo.
- Entrega em ambiente de teste a plataforma **Chave Móvel Digital de Cabo Verde (CMDCV)** como plataforma que garante Autenticação Única e Assinatura Digital, através do Cartão Nacional de Identificação (CNI) ou Título de Residência do Estrangeiro (TRE).

3.3 Pilar interoperabilidade entre sistemas

- Concluída a reestruturação do **framework iGRPWeb** (*Integrated Government Resource Planning*) disponibilizado num modelo de negócio **open source** e gratuito. Várias estruturas IT públicas e privadas (startups) já estão a utilizar. Continua aposta na promoção e divulgação, para criação de uma grande comunidade iGRPWeb.
- Parceria estratégica com WSO2 nos domínios de *API Management*, *Enterprise Integrator* e *Identity Service Management*, com melhorias significativas na performance, segurança e agilidade da **plataforma PDEX** (Platform for Data Exchange).

- Conceção da nova **plataforma Cloud Governamental** baseada na tecnologia **Blockchain** no quadro do desenvolvimento do certificado digital de Cabo Verde “Nha Card”.
- Reestruturação e redimensionamento das infraestruturas do **novo sistema de Backups e recuperação**.
- Consolidação da nova **Arquitetura Firewall** e da implementação de soluções **End Point Security**.
- Arranque da implementação da componente **facilities** para operacionalização do **Data Center 3 (Disaster Recovery)** em São Vicente e upgrade do Data Center 1 da Praia.

3.4 Pilar inovação disruptiva nos processos, produtos e serviços

- Agilidade do NOSi – na **recolha e divulgação dos resultados das eleições legislativas e presidenciais** de abril e outubro, respetivamente –, reconhecido nacional e internacionalmente, deveu-se à inovação tecnológica introduzida, que é uma constante no NOSi, mas deveu-se, sobretudo, à inovação disruptiva nos processos de recolha de dados.
- Aprovação do **Guide NOSi sob o lema “O caminho para mais e melhores projetos”** elaborado pela Direção de *Agile Project Management for Government (APMG)*, que normaliza internamente conceitos e práticas Agile, servindo de referência à gestão de projetos e portfólio de projetos do NOSi.
- Cumprindo a nossa missão liderar a transformação digital no sector público cabo-verdiano, contribuir para o bem-estar dos cidadãos e ajudar o país no processo de reabertura social e económica desenvolveu-se a plataforma **Certificado Digital de Cabo Verde interoperável reconhecido pela União Europeia**, baseada na tecnologia blockchain com informações sobre a vacinação, resultado de testes ou recuperação do titular, para apoiar o país no processo de desconfinamento, reabertura do sector do turismo e retoma da economia.
- Qualificar o **Portal Consular de Cabo Verde** através várias ações desenvolvidas no âmbito do projeto e-Embassy em estreita parceria com a Unidade de Missão para Diáspora Digital

(Embaixada de Cabo Verde em Portugal), incrementando melhorias significativas na qualidade dos serviços prestados pelas missões diplomáticas e consulados de Cabo Verde no mundo.

- Através da **NOSiAkademia** continuamos a apostar fortemente no talento como o maior desafio ao crescimento económico e ao desenvolvimento do país, no médio e longo prazo. Para além do eixo core Estágio Profissional e valência Certificação, a valência Pré-incubadora TICSeed, iniciada em 2020, que visa estimular e apoiar alumni da NOSiAkademia que estejam na situação de desemprego, para empreendedorismo TIC, continuou em 2021. Também do Programa Bolsa Cabo Verde Digital promovido pelo Fundo de Promoção de Emprego e Formação (FPEF) recebemos, orientamos e apoiamos promotores e os respetivos projetos de base tecnológica, disponibilizando recursos e competências para materialização das suas ideias de negócio.
- **WebLab** continua a ser imprescindível na inclusão e literacia digital e na criação e promoção de competências digitais do futuro, através de 44 laboratórios altamente equipados, distribuídos em todas as ilhas e nos 22 concelhos do país, e por esta via, estão inseridos no mercado trabalho 43 jovens monitores, foram capacitados mais de um milhar de professores e beneficiados mais 16000 alunos (crianças e jovens). Em 2021, mantiveram-se as ações de estímulo à inovação educativa através do Programa WebLab com enfoque particular na literacia digital através da educação não formal TIC para jovens que estão fora do sistema de ensino. Ao nível da promoção e disseminação social do Programa WebLab, a equipa participou em várias atividades públicas.
- Consolidação do modelo de gestão matricial orientado a projetos e implementação da estrutura de contabilidade analítica por centros de custos. Em curso a materialização deste modelo de imputação de custos a projetos através das plataformas ERP e de gestão de projetos – **Sistema Integrado de Gestão Orientada a Projetos (SIGOP)** –, flexíveis e open source, por forma a monitorizar, avaliar e determinar *on time* o custo de cada projeto desenvolvido.

4. NOSi em números

4.1 Indicadores de desempenho operacional e financeiro

	Var (%) 2021	2021	2020	2019
PROVEITOS E GANHOS	7,5%	708 647	659 416	740 282
Volume de Negócios	-0,3%	461 124	462 310	528 451
<i>Housing</i>	4,8%	15 906	15 179	19 473
<i>IaaS</i>	49,1%	51 590	34 594	39 796
<i>PaaS</i>	0,6%	5 873	5 840	4 927
<i>SaaS</i>	16,3%	13 030	11 205	11 298
<i>Bundled</i>	20,6%	32 947	27 323	26 907
<i>Consultorias</i>	-68,1%	12 932	40 586	55 092
<i>Desenvolvimento Software</i>	80,3%	37 292	20 678	4 397
<i>Manutenção de Aplicação</i>	0,0%	208		3 524
<i>Manutenção de Licenças</i>	0,0%			1 435
<i>Aluguer de Equipamentos</i>	-4,3%	1 249	1 305	4 198
<i>Serviços Protocolados c/Estado</i>	0,0%	260 964	260 965	260 965
<i>Lançamento de fibra ótica</i>	-100,0%		25 837	-
<i>Conetividade RTPE</i>	10,8%	11 540	10 411	10 408
<i>Outros</i>	109,8%	17 593	8 387	86 031
Subsídios à Exploração	26,2%	231 086	183 093	198 862
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	17,3%	16 437	14 013	12 969
CUSTOS E PERDAS	24,6%	913 413	732 860	707 261
Fornecimentos e Serviços Externos	34,0%	511 011	381 270	402 563
<i>Rendas e Alugueres</i>	-3,9%	119 586	124 411	124 543
<i>Electricidade</i>	-2,3%	33 303	34 073	40 781
<i>Comunicação</i>	2,0%	113 521	111 298	101 630
<i>Royalties</i>	354,5%	133 201	29 309	70 048
<i>Serviço Especializado</i>	250,2%	67 577	19 294	17 965
<i>Conservação e Reparação</i>	-57,4%	7 288	17 112	14 685
<i>Outros</i>	-20,2%	36 534	45 773	32 911
Gastos com Pessoal	0,8%	333 520	330 804	274 703
Gastos c/Depreciação e Amortização	256,7%	22 335	6 262	11 237
Juros e Encargos Suportados	15,0%	13 815	12 012	11 902
Outros Gastos e Perdas	1203,0%	32 732	2 512	6 855
CASH-FLOW OPERACIONAL – EBITDA	205,6%	(168 615)	(55 170)	56 161

4.2 Ráculos de gestão

	Var (%) 2021	2021	2020	2019
<i>Clientes Geral</i>	-22%	461 971	592 443	532 367
<i>Clientes Internacionais</i>	-15%	69 986	81 954	92 302
<i>PMR</i>	-21%	366	463	375
<i>Fornecedores</i>	10%	498 665	455 298	412 606
<i>PMP</i>	-18%	310	379	325

4.3 Serviço ao cliente (NOSiTSM)

Gestão de Processo Mudança

Nº total de sectores do Estado abrangidos	17
Nº total de ações executadas	106
Nº total de pessoas abrangidas	1 115

Gestão de Operações IT

Average time resolution (day)	1
Resolution in same day	720
Bugs/incidents "Resolvido"	1 086
Bugs/incidents "Por resolver"	33
Total bugs/incidents	1 119

4.4 Batalhar pelo talento

4.4.1 NOSiAkademia

Ações	Var (%)	Resultados		
		2021	2020	2019
Estagiários Programa NOSiAkademia (estágios profissionais e curriculares)	-12%	58	66	128
Estagiários Programa de Estágios Profissionais - PEPIT	-24%	48	63	128
Estagiários do NOSiAkademia com estágio concluído	-33%	68	102	67
Estagiários que participaram nos programas de certificação da Microsoft	-100%	0	46	28
Estagiários que beneficiaram da parceria com a Primavera Academy	0%	2	2	8
Estagiários do NOSiAkademia no mercado de trabalho	-29%	40	56	55
Estagiários contratados pelo NOSi no âmbito do programa NOSiAkademia	-58%	5	12	38
Empresas beneficiadas pela iniciativa JumpStart	-38%	5	8	10
Estagiários JumpStart com estágio concluído	-45%	22	40	6
Estagiários contratados no âmbito do JumpStart	44%	13	9	4
Alumni NOSiAkademia contemplados pela Pré-incubadora TICSeed	0%	10	10	0
Projetos Programa Bolsa Cabo Verde Digital apoiados	-40%	6	10	0
Promotores projetos Programa Bolsa Cabo Verde Digital mentorados	-20%	12	15	0

4.4.3 WebLab

Ações WebLab	Resultados			
	Var (%)	2021	2020	2019
Crianças e jovens no sistema de ensino beneficiados pelo Programa	-48%	3 932	3 793	7 569
Jovens fora do sistema de ensino beneficiados pelo Programa	70%	136	100	80
Ações lúdicas e pedagógicas para tempos livres nas férias – <i>Hitech Summer</i>	60%	528	235	331
Crianças e jovens participantes no Africa <i>Code Challenge</i>	-	270	645	-

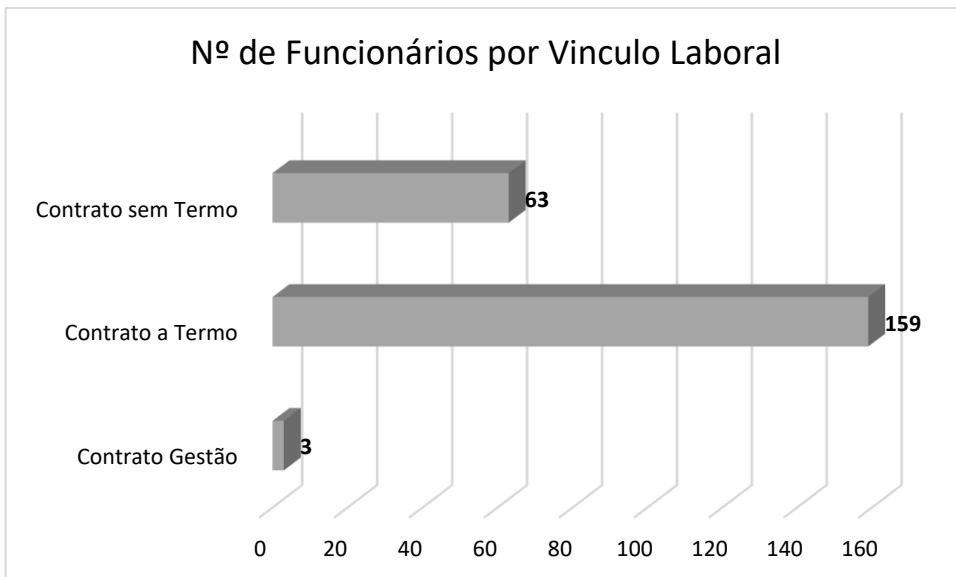
5. Balanço Social | Capital Humano

5.1 Indicadores de síntese – caracterização do universo laboral

	2021	2020
Nível médio etário	35	33
Taxa de feminização	36%	35%
Taxa de Masculinização	64%	65%
Taxa de habilitação superior	67%	68%
Índice de rotatividade anual (turnover)	6%	5%
Nível médio de Antiguidade	6	5
Leque salarial líquido (não inclui remuneração de dirigente)	7	7
Taxa de participação em formação	35%	61%

Em 31 de dezembro de 2021 registou-se um total de 225 colaboradores em efetividade de funções, sendo que cerca de 64% do total são homens e 36% são mulheres. De realçar que a taxa de feminização cresceu 1pp face ao ano de 2020. Ainda à data, registava 9 prestadores de serviço e 57 estagiários.

5.2 Distribuição por Vínculo Laboral

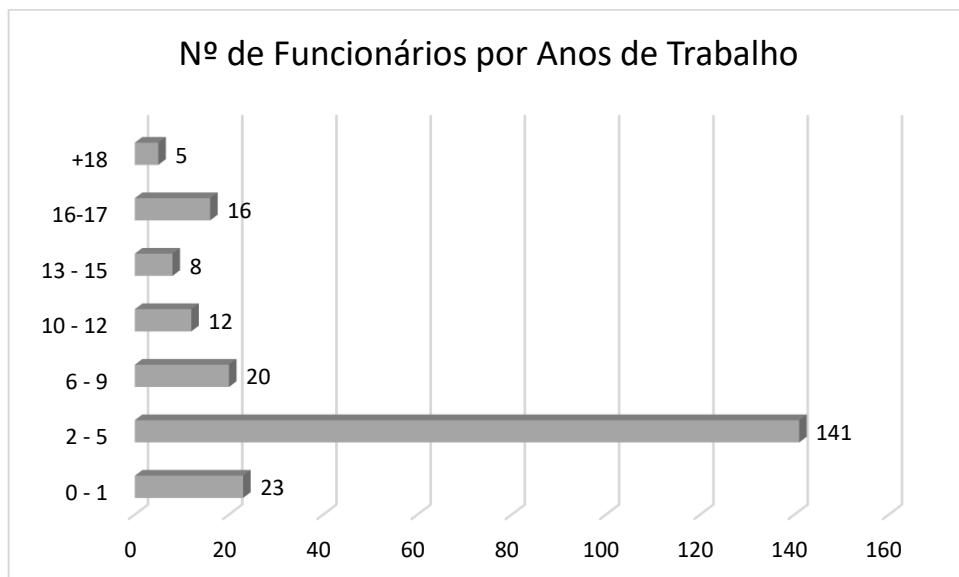


Em termos de distribuição por vínculo, 3 contratos de Gestão em regime de comissão de serviço, 1 órgão social Fiscal Único, 63 colaboradores vinculados ao contrato indeterminado, 159 encontram-se contratados vinculados com contratos determinados, conforme mostra o gráfico acima.

O NOSi implementa programas de políticas de estágios profissionais, priorizando o recrutamento através de absorção de estagiários, com impacto positivo na renovação do seu quadro de pessoal e na produtividade organizacional.

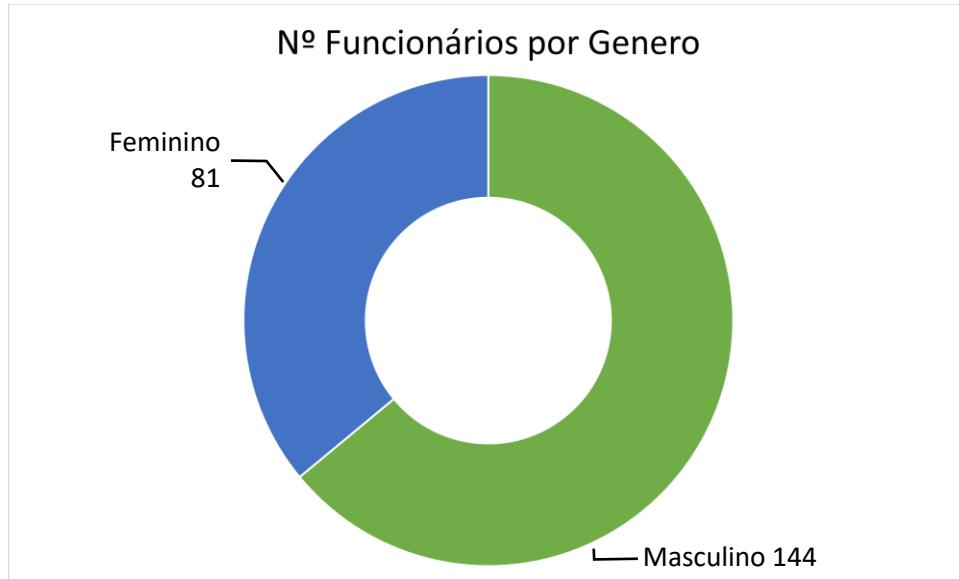
5.3 Distribuição por Antiguidade

A caracterização dos colaboradores em função da antiguidade reflete uma concentração significativa dos colaboradores no intervalo dos 2-5 anos de serviço (141 colaboradores), equivalente a 63 % do total dos colaboradores, que agrupados com o intervalo dos 0-1 anos de serviço (23 trabalhadores) totalizam o peso de 73% do total dos colaboradores contratados. O nível de antiguidade superior a 5 anos traduz-se numa taxa de 28% que corresponde ao total de efetivos.



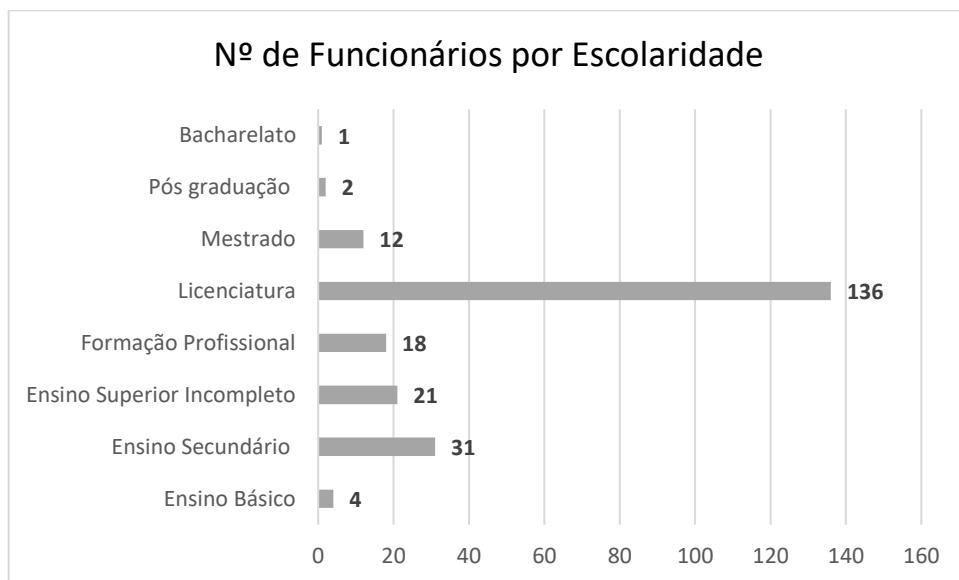
5.4 Distribuição por género

No que respeita ao género e considerando os colaboradores em funções à data a que reporta o Balanço Social, verifica-se a predominância do género masculino, com 144 colaboradores, face aos 81 colaboradores do género feminino, representando 64% e 36%, respetivamente.



5.5 Qualificações profissionais

Constata-se que 67% do total dos colaboradores detêm habilitação académica superior (bacharelato, licenciatura, mestrado). O grupo habilitacional com licenciatura continua, em 2021, a ser o mais representativo, um total de 136 colaboradores a 31 de dezembro.



Em termos globais, cerca de 9% de colaboradores tem por concluir o ensino superior, faltando o trabalho final / monografia, 14% dos efetivos tem habilitação ensino secundário, 8% detém o ensino profissional.

5.6 Distribuição por estrutura orgânica

Estrutura Orgânica	Nº de Colaboradores
Conselho Administração	3
Área de Projeto Inovação de Negócio	7
Área de Projeto Brand Strategy & UX/UI	9
Área de Projeto NOSi Akademia	2
Área de Projeto Agile Management for Goverment	9
Área de Projeto Customer Experience Manager	6
Área Projeto Web - LAB	44
Área de Projeto Government Applications Innovation	17
Área Projeto NOSiMobile	3
Área do Projeto Business Intelligence & Streaming Analytics	11
Direção de Operações NosiCloud	9
Área Projeto NOSiGiS	5
Área Projetos IGRPWEB	4
Direção Estratégia Pessoas e Organização	7
Direção Segurança e Compliance	11
Direção de IT Service Management	22
Direção de Redes e Comunicação de Acesso	21
Direção Data Center	18
Desenvolvimento Soluções/Areas de projectos	1
Direção Finanças Planeamento e Procurement	16

No que diz respeito à distribuição dos colaboradores por Direção / Áreas de Projetos / Divisões, verifica-se que o maior número dos colaboradores está afeto à área do Projeto WebLab com 44 colaboradores, representando 20% do total dos colaboradores, de seguida a Direção de IT Service Management com uma representação de 22 colaboradores, correspondendo a 10% do total de colaboradores.

5.7 Atividade formativa

As formações ministradas durante o ano de 2021, foram efetuadas em alinhamento com o plano de Ação Global Estratégico NOSi | Horizonte 2019-2022, de forma a responder a

necessidades reais de colmatação de lacunas de desempenho existentes, e representar um ganho final de competências ou saberes traduzido no aumento significativo da produtividade e rentabilidade de colaboradores o e eventual impacto nos resultados da organização.

Em 2021, salienta-se a realização de um total de 7 ações de formação externa dirigidas sobretudo aos colaboradores da Direção *Agile Project Management for Government*, e a Direção Segurança e *Compliance*. Do total de ações de formação registaram-se 78 participações dos colaboradores. As ações de formações foram ministradas através da aquisição de serviços em regime de web conferência. As despesas com a formação no ano de 2021, ascenderam a **mCVE 1 323**.

Ação	Entidade formadora	Nº de horas	Nº de participantes	Investimento (mCVE)
Workshop Agile para equipa de APMG	Winning	8	16	132
Workshop Gestão de Projetos	Winning	8	16	132
Workshop Agile para outras equipas	Winning	4	16	66
Agile Training para PMO	Winning	8	10	529
Gestão de Liderança	Winning	5	17	397
Fórum de R.H	Forum R.H Cabo verde	6	2	20
ISO 27001 Internal Auditor Course	Advisera	8	1	46
		47	78	1 323

5.8 Horário de trabalho

O horário de trabalho constitui um dos fatores mais importantes duma organização e dos trabalhadores. Porque é dentro desse espaço temporal que a organização e o trabalhador encontram os equilíbrios necessários à boa execução das tarefas profissionais. Desde o ano 2020 devido a situação pandémica derivado por SARS-CoV-2, aplica-se regime de trabalho híbrido, em que 50% de trabalhadores estará remoto e 50% em regime presencial com a escala rotativa quinzenal com 8 horas de trabalho diário, num total de 40 horas de trabalho por semana, com dois dias de descanso semanal, de acordo com a legislação Laboral cabo-verdiana. O horário de trabalho vigora das 08:00 às 17:00 horas, com flexibilização no horário de almoço por uma hora. No entanto aplica-se o horário de turno num total de 36

horas por semana aos operadores e vigilantes do Data Center e a meia jornada a dois trabalhadores-estudantes.

5.9 Mobilidade do universo laboral

O total das admissões registadas ao longo do ano 2021, realça-se 6 entradas, em que 4 situações corresponderam efetivamente a mudança da modalidade do contrato de estágio para contrato trabalho a Termo para categoria de técnicos e 2 a novas admissões no âmbito concursal para função de monitor para área de projeto WebLab nas Escolas secundárias da ilha de santiago, por forma a mitigar necessidades de recursos humanos na área de Projeto Weblab.

Quanto ao número das saídas dos colaboradores, regista-se 21 situação de desvinculação em que 11 situações corresponderam a saídas definitivas por motivo de cessação dos contratos, e regista-se 3 pedido de licença sem vencimento, 6 rescisão por iniciativa do colaborador para assumir novos desafios profissionais e 1 rescisão de contrato pela entidade patronal.

No ano de 2021, ocorreram 2 situação de mobilidade entre serviços, potenciando a otimização do capital humano, valorizando e adequando as competências dos colaboradores às exigências funcionais dos postos de trabalho, numa lógica de diversificação das tarefas e rotatividade de equipas, permitindo enfrentar novos desafios de trabalho e efetuar novas aprendizagens.

Admissão	Total
Concurso Monitor Web lab	2
Mobilidade Contrato Estágio para Contrato de Trabalho	4
Total	6

Motivo Desligamento	Total
Licença sem Vencimento	3
Cessação de Contrato	11
Rescisão de Contrato pela Entidade Patronal	1
Rescisão de Contrato pelo Trabalhador	6
Total	21

5.10 Qualidade e condições de trabalho

5.10.1 Higiene Segurança no Trabalho

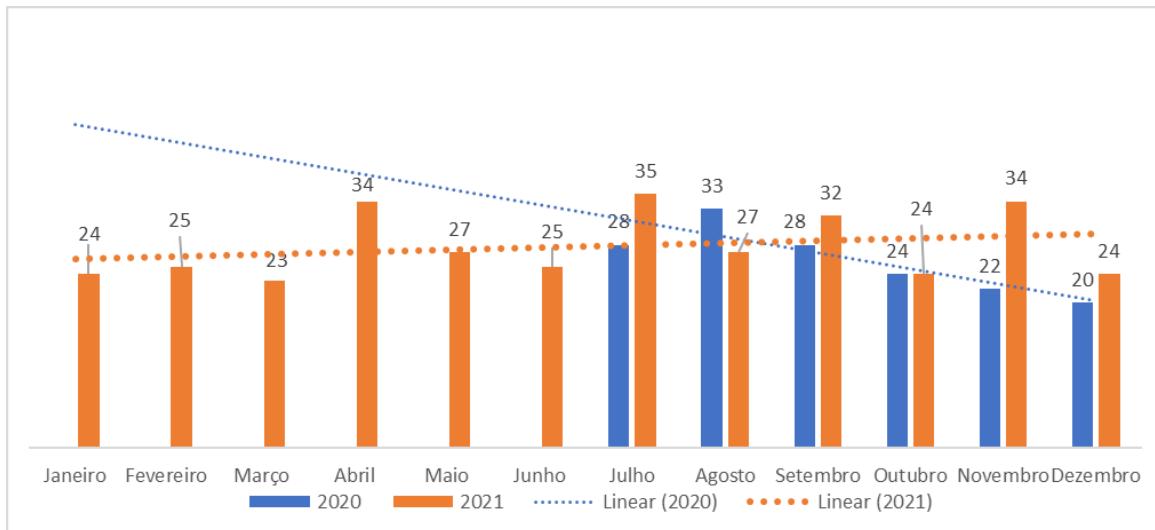
A higiene e segurança no trabalho tem como grande objetivo incrementar atitude preventiva e positiva nos trabalhadores. Todos os colaboradores do NOSi, E.P.E., estão abrangidos pelo seguro obrigatório acidentes Trabalho (SOAT). No ano de 2021, não se registou nenhum acidente em serviço e registo de doença profissional. A política de gestão de pessoas do NOSi, E.P.E. criam permanentemente às condições de saúde aos seus colaboradores, considerando também, que é um direito previsto e assegurado aos trabalhadores. No ano de 2021 permaneceu o estado de alerta da pandemia COVID-19 obrigou a manutenção do plano de contingência no trabalho para evitar a propagação do coronavírus (SARS-CoV-2), assim foram mantidas as medidas de ação alinhado ao plano de segurança e saúde no trabalho em contexto pandemia.

5.10.2 Medicina do Trabalho

A Medicina do trabalho é um ramo da medicina que lida com as relações colaboradores e o trabalho, visando não somente a prevenção dos acidentes e das doenças do trabalho, mas a promoção da saúde e da qualidade de vida dos colaboradores. As boas práticas no campo da saúde e segurança do trabalho são poderosos instrumentos de estímulo à produtividade, à coesão laboral, para ajudar a melhorar e rever a modernização dos processos produtivos, por a forma a diminuir os riscos de acidentes de trabalho. O objetivo da medicina no trabalho é prevenir acidentes e doenças ocupacionais, e assunção do compromisso com a qualidade de vida e o bem-estar dos colaboradores.

Deste modo assinou-se um contrato de prestação de serviços com a Caboderm Clínica Dermatológica Multifuncional, Lda. no valor de 90.000\$00 mensais. Esse contrato visa atender serviço de medicina no trabalho e segurança e higiene no trabalho com o objetivo de cuidar da saúde e do bem-estar dos seus colaboradores permitindo melhoria na produtividade e eficácia no trabalho, e ao mesmo tempo dar um acompanhamento planejado e individualizado do estado da saúde dos colaboradores, evitando assim o absentismo e o aumento do rendimento físico e intelectual dos mesmos.

No ano de 2021 foram avaliados 314 pacientes, referentes as consultas realizadas na sede de NOSi, E.P.E. e consultas ambulatórias nos consultórios de Plateau e ASA.



No ano de 2021 ao contrário do ano anterior, houve um incremento tendencial de consultas ao longo do ano. Poderia justificar-se pela retoma de assistência ao trabalho, de forma progressiva prévio exame de antígeno de Covid-19.

No âmbito da atividade realizada a medicina no trabalho, salienta-se a realização de três palestras ministradas aos colaboradores com os palestrantes especialistas e Dr. Dominguez, via Microsoft Teams, cujos temas abordados foram **“Ergonomia, Prevenção do câncer de Útero e de Mama, e Saúde do Homem”**.

5.11 Valor organizacional e cultural

O NOSi incentiva colaboradores à prática do desporto, mantém o apoio à atividade “NOSiBola”, uma iniciativa dos colaboradores que dinamizam à prática do futebol no NOSi. Tem apostado ainda em diversas estratégias para estimular interação entre os colaboradores, promovendo a integração dos novos profissionais e incutindo melhoria contínua nas relações interpessoais, para um bom ambiente organizacional, como por exemplo: Open Talks; Retiro Profissional e Jantar de Natal;

5.11.1 Retiro Profissional

Retiro de trabalho e convívio entre os trabalhadores do NOSi, E.P.E., teve lugar no mês de novembro, sob o lema “Avaliar para melhorar resultados”: Plano de Ação Global Estratégico (PAGE) 2019-2022. Para o efeito, foi criada uma comissão de organização do retiro que, de entre outras atribuições, preparou um plano com a data, o lugar e o roteiro do retiro, os requisitos financeiro e logístico e as condições de segurança sanitária. A montagem da operação serviu para testar in loco as funcionalidades e performance da plataforma Nha Card. O retiro em si, foi um grande momento de balanço e reflexão interna.











 nos*i*
we believe in...





5.11.2 Jantar de Natal

Em 2021, não obstante contexto pandémico, mas cumprindo todas as regras impostas pelo Governo e pelas autoridades sanitárias, foi possível organizar com sucesso o tradicional jantar de Natal.















6. Divulgação de informações complementares

Em cumprimento com o Código das Sociedades Comerciais e à luz das melhores práticas, fazemos referência a informações complementares relacionadas com (i) o número e valor nominal das ações, (ii) as partes relacionadas, (iii) remuneração dos auditores e membros dos órgãos sociais e (iv) da exposição da empresa a riscos de crédito, liquidez, taxa de juro e cambial nas notas 10, 24, 26 e 1.10, respetivamente, do anexo às demonstrações financeiras.

7. Agradecimentos

Não obstante enormes constrangimentos e desafios mencionados, como sempre o NOSi continua a apostar no futuro, e para a implementação da estratégia definida (PAGE 2019-2022) contamos com a participação ativa de todos, por isso, um agradecimento especial sobre a apreciável performance espelhada nos diversos indicadores apresentados ao longo do presente relatório, que se deveu essencialmente à qualidade e empenho demonstrado por todos os colaboradores do NOSi e à confiança e apoio sempre disponível das tutelas sectorial e financeira, avalizando ou autorizando decisões ou propostas de decisão do Conselho de Administração.

Para o nosso Auditor e ao nosso Fiscal Único, uma palavra de agradecimento pelo rigor e sempre pronta colaboração e atenção dispensada às preocupações exposta pela gestão.

8. Proposta de aplicação de resultados

No exercício económico de 2021, o NOSi gerou Resultados Líquidos negativos de mCVE 205 688.

Assim, o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido negativo de mCVE 205 688 seja transferido para resultados transitados.

CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente do Conselho de Administração)

MAYRA SUELY SANTOS SILVA
(Administradora Executiva)

LUMUMBA FERNANDES BARBOSA
(Administrador Executivo)

PARTE II - CONTAS 2021 | DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

1. Balanço

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

Sede: Praia

NIF: 270 149 503

BALANÇOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

RUBRICAS	NOTAS	DATA REFERÊNCIA	
		31-12-2021	31-12-2020
		VALORES	VALORES
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos Fixos Tangíveis			
Terrenos e recurso naturais	3	22 037	22 037
Equipamento básico		4 915	1 577
Equipamento de transporte		1 710	2 385
Equipamento administrativo		11 650	9 187
Outros ativos fixos tangíveis		40 213	34 418
Ativos Intangíveis	4	22 345	32 838
Total do Ativo não corrente		102 870	102 442
Ativo Corrente			
Clientes	5	594 828	624 808
Estado e outros entes públicos	6	21 246	18 783
Diferimentos	7	6 899	48 279
Outras contas a receber	8	311 962	318 127
Caixa e depósitos bancários	9	20 591	5 699
Total do Ativo corrente		955 526	1 015 697
Total do Ativo		1 058 396	1 118 139
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO			
Capital Próprio			
Capital estatutário		50 000	50 000
Reservas legais		2 688	2 688
Outras variações no capital próprio		192 709	192 709
Resultados transitados		177 563	243 345
Resultado líquido do período		(205 688)	(65 782)
Total do Capital Próprio	10	217 273	422 961
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	11	195 538	
Total do Passivo Corrente		195 538	
Passivo Corrente			
Fornecedores	12	498 665	450 753
Adiantamento de Clientes		2 491	2 514
Estado e outros entes públicos	6	94 184	31 127
Financiamento Obtido	11	23 991	168 491
Outras contas a Pagar	13	26 253	28 319
Diferimentos	14		13 973
Total do Passivo Corrente		645 584	695 177
Total do Passivo		841 122	695 177
Total do Capital Próprio e do Passivo		1 058 396	1 118 139

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

2. Demonstração de resultados por natureza

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

Sede: Praia

NIF: 270 149 503

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZA

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 1 JANEIRO 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

RUBRICAS	DATA REFERÊNCIA		
		2021	2020
	NOTAS	VALORES	VALORES
Vendas e Prestações de serviços	15	461 125	462 310
Subsídios à exploração	16	231 086	183 093
		692 211	645 402
Fornecimentos e serviços externos	17	(511 011)	(381 271)
		181 200	264 132
Gastos com o pessoal	18	(333 520)	(330 803)
Outros rendimentos e ganhos	19	15 514	23 200
Outros gastos e perdas	20	(32 732)	(3 874)
Resultado antes de depreciações, amortizações, perdas/ganhos de financiamento e impostos		(169 537)	(47 344)
Gastos/Reversões de depreciação e de amortização	21	(22 335)	(6 262)
Resultado operacional (antes de perdas/ganhos de financiamento e impostos)		(191 873)	(53 607)
Juros e perdas similares	22	(13 815)	(12 012)
Juros e ganhos similares Obtidos			
		(205 688)	(65 619)
Imposto sobre o rendimento do período e tributação autónoma	6		(163)
		(205 688)	(65 782)
Resultado líquido do período			

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração

3. Demonstração de fluxo de caixa

IDENTIFICAÇÃO DA ENTIDADE			
Designação da Entidade: Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.			
Número de Identificação Fiscal: <u>270 149 503</u>			
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA			
PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 1 JANEIRO 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020			
RUBRICAS		DATA DE REFERÊNCIA	
		31/12/2021	31/12/2020
		NOTA	VALORES
Método Directo			
Fluxos de caixa das actividades operacionais		2	
Recebimentos de clientes		484 983	425 588
Pagamentos a fornecedores		(119 478)	(135 046)
Pagamentos ao pessoal		(237 391)	(255 302)
		Caixa gerada pelas operações	128 114
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		35 241	
Outros recebimentos/pagamentos		(116 958)	(51 801)
		Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)	11 156
Fluxos de caixa das actividades de investimento		2	
Pagamentos respeitantes a			
Activos fixos tangíveis		(22 471)	(14 581)
Activos intangíveis		(14 909)	(5 324)
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis			
Activos intangíveis			
Investimentos financeiros			
Outros activos			
Subsídios ao investimento			
Juros e rendimentos similares			
Dividendos			
		Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)	(37 380)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		2	
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		56 900	1 140
Realizações de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Cobertura de prejuízos			
Doações			
Outras operações de financiamento			
Pagamentos respeitantes a			
Financiamentos obtidos		(1 745)	(11 983)
Juros e gastos similares		(14 038)	
Dividendos			
Reduções de capital e de outros instrumentos de capital próprio			
Outras operações de financiamento			
		Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)	41 117
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		14 892	(47 308)
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no inicio do periodo		5 699	53 007
Caixa e seus equivalentes no fim do periodo		9	20 591
			5 699

(1)-O escudo admitindo-se, em função da dimensão e exigências de relato, a possibilidade de expressão das quantias em milhares de escudos

o Contabilista Certificado

o Conselho de Administração

4. Demonstração de alteração de capital próprio

Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial - NOSi, E.P.E.

Sede: Praia

NIF: 270 149 503

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

PERÍODO COMPREENDIDO ENTRE 1 JANEIRO 2021 E 31 DE DEZEMBRO DE 2021 1 JANEIRO 2020 E 31 DE DEZEMBRO DE 2020

(Valores expressos em milhares de Escudos - mCVE)

DESCRIPÇÃO		Notas	Capital Realizado	Reservas legais	Outras Variações no Capital Próprio	Resultados Transitados	Resultado Líquido do período	Total Capital Proprio
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PERÍODO 2020		1	50 000		192 709	207 356	38 678	488 743
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO		2					(65 782)	(65 782)
Resultado líquido do período		3					(65 782)	(65 782)
Alterações nas políticas contabilísticas e correções de erros		4						
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Realizações de Capital								
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação de Resultados do ano anterior								
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2020		1+2+3+4	10	50 000	2 688	192 709	243 345	(65 782)
POSIÇÕES NO INÍCIO DO PÉRIODO 2021		1		50 000	2 688	192 709	243 345	(65 782)
ALTERAÇÕES REFERENTES A RENDIMENTOS E GASTOS RECONHECIDOS NO PERÍODO		2					(205 688)	(205 688)
Resultado líquido do período		3						
Primeira adopção de novo referencial contabilístico		4						
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras								
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO								
Realizações de capital								
Entradas para cobertura de perdas								
Distribuições								
Outras alterações reconhecidas no capital próprio								
OUTRAS OPERAÇÕES								
Aplicação de Resultados do ano anterior								
POSIÇÕES NO FIM DO PERÍODO 2021		1+2+3+4	10	50 000	2 688	192 709	177 563	(205 688)
								217 273

PARTE III - ANEXO ÀS DEMOSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DEZEMBRO DE 2021 E DE 2020

(Todos os montantes estão expressos em milhares de Escudos – mCVE)

1. Identificação da Entidade

O Núcleo Operacional da Sociedade de Informação, Entidade Pública Empresarial, EPE (adiante designado por NOSi ou Entidade), é uma Entidade Pública Empresarial, criada pelo Decreto-Lei nº 13/2014, de 25 de fevereiro, dotada de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial. O capital social de mCVE 50 000, integralmente detido pelo Estado de Cabo Verde, é representado por 50 000 ações de valor nominal de mCVE 1 cada. É uma entidade de âmbito nacional e fica sediada na cidade da Praia.

O objeto social, definido nos seus estatutos, consiste em, promover a inovação e governação eletrónica, apoiar na formulação de políticas no domínio das tecnologias de informação e comunicação (TIC) e governação eletrónica, conceber, desenvolver e implementar sistemas de informação para a governação eletrónica, propor standarts de modelo integrado da governação eletrónica, participar na promoção da sociedade de conhecimento, participar na promoção do empreendedorismo e desenvolvimento empresarial, assegurar a harmonização de compatibilidade como o modelo integrado, exercendo ainda diversas outras atividades elencadas nos números 1 e 2 do artigo 4º dos estatutos.

2. Nota 0 – Referencial Contabilístico De Preparação Das Demostrações Financeiras

As demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística e Relato Financeiro (SNCRF), aprovado pelo Decreto-Lei nº5/2008, de 4 de fevereiro, o qual entrou em vigor em 1 de janeiro de 2009. A fim de facilitar a sua leitura, os valores apresentados no presente Anexo encontram-se expressos em milhares de Escudos (mCVE).

Estas demonstrações financeiras foram aprovadas para distribuição em **31 abril de 2022**.

3. Nota 1 – Resumo Das Principais Políticas Contabilísticas Adotadas

As principais políticas contabilísticas e critérios valorimétricos utilizados na preparação destas demonstrações financeiras encontram-se descritos a seguir:

Ativos fixos tangíveis e depreciações e ativos intangíveis e amortizações

Ativos Fixos Tangíveis

Os ativos fixos tangíveis são registados ao custo de aquisição, o qual inclui o valor da fatura do fornecedor acrescido dos gastos adicionais de compra e instalação, líquidos das respetivas depreciações acumuladas e de eventuais perdas de imparidade (ver Notas 1.2 e 3).

Os gastos subsequentes são incluídos na quantia escriturada do bem ou reconhecidos como ativos separados sempre que excedam o nível de desempenho originalmente avaliado do ativo existente, quando for provável que benefícios económicos futuros fluirão para a Sociedade e o custo do ativo possa ser mensurado com fiabilidade. Todos os outros dispêndios subsequentes são reconhecidos como um gasto no período em que são incorridos.

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição ou reavaliação pelo método de quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas anuais aplicadas refletem satisfatoriamente a vida útil económica dos bens, como segue:

Descrição	Taxa
Edifícios e Outras Construções	3% - 5%
Equipamento Básico	5% - 25%
Equipamento Transporte	13%
Equipamento Administrativo	12,5% - 33,33%
Outros Ativos Fixos Tangíveis	16% - 20%

Os ativos fixos tangíveis doados pelo acionista Estado são depreciados na mesma base e às mesmas taxas dos restantes bens da Entidade, sendo o respetivo custo compensado em Proveitos operacionais – Outros rendimentos e ganhos (ver Nota 19), pela redução das doações registadas em Outras variações de capital próprio (ver Nota 10).

Ativos Intangíveis e amortizações

Compreendem licenças de softwares, mensuradas ao custo de aquisição acrescido dos gastos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para o seu uso pretendido.

As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, em base duodecimal, a partir do mês do início de atividade operacional, ao longo de três anos.

Imparidade de Ativos

Os ativos que não têm uma vida útil definida não estão sujeitos a amortização, mas são objeto de testes de imparidade anuais. Os ativos sujeitos a amortização são revistos, quanto à imparidade, sempre que os eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor pelo qual se encontram escriturados possa não ser recuperável. Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia escriturada do ativo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um ativo, menos os gastos para venda e o seu valor de uso. Para realização de testes de imparidade, os ativos são agrupados ao mais baixo nível no qual se possam identificar separadamente fluxos de caixa (unidades geradoras de caixa).

Contas a receber de clientes e outros devedores e imparidade

Os saldos de clientes e devedores são reconhecidos pelo seu valor atual, deduzido de qualquer perda de imparidade (ver Notas 5 e 8).

Caixa e depósitos bancários

A rubrica de “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo, de liquidez elevada e com maturidades iniciais até três meses. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço - Passivo Corrente, na rubrica de Financiamentos obtidos, sendo considerados como caixa e equivalentes na Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Capital Próprio

As ações ordinárias são classificadas no capital próprio, quando realizadas. A parcela não realizada do capital não é objeto de registo. Quando houver, os custos inerentes à emissão de novas ações são apresentados no capital próprio como uma dedução das entradas de capital.

Empréstimos obtidos

Os empréstimos obtidos são reconhecidos inicialmente ao seu valor nominal ou justo valor, quando diferente, deduzido dos respetivos custos de transação, quando incorridos. Os empréstimos são subsequentemente apresentados ao custo amortizado, se aplicável; qualquer diferença entre os recebimentos (líquidos de gastos de transação) e o valor amortizado é reconhecida na demonstração dos resultados ao longo do período do empréstimo, utilizando o método da taxa efetiva. Os empréstimos obtidos são classificados no passivo corrente, exceto se a Sociedade possuir um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

Imposto único sobre o rendimento e impostos diferidos

Com a publicação da Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de janeiro, que aprovou o Código do Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, o rendimento tributável é determinado com base no resultado do exercício antes de impostos, eventualmente ajustado pelos custos e proveitos que, nos termos da referida lei, não devam ser considerados para efeitos fiscais, ao qual é aplicado uma taxa de 22,44%. Os prejuízos fiscais são reportáveis por um período de 7 anos após a sua ocorrência e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período, embora sujeitos a um máximo de dedução de 50% do resultado do respetivo exercício.

Os resultados fiscais podem ser revistos pela Administração Fiscal por um período de cinco anos, pelo que os resultados fiscais de 2017 a 2021 podem vir a ser corrigidos. O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos ativos e passivos e a respetiva base tributável. A base tributável dos ativos e passivos é determinada de forma a refletir as consequências de tributação decorrentes da forma como a empresa espera, à data do balanço, recuperar ou

liquidar a quantia escriturada dos seus ativos e passivos. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa em vigor à data de balanço, ou a taxa que esteja já aprovada para utilização futura. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária. Os impostos diferidos ativos são revistos anualmente e reduzidos sempre que deixe de ser provável que os mesmos possam ser utilizados. Havendo, os impostos diferidos são classificados como Não corrente.

Provisões para riscos e encargos

São constituídas provisões no balanço sempre que a Entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição, razoavelmente estimável, de recursos incorporando benefícios económicos venha a ser exigido para liquidar a obrigação.

Reconhecimento do crédito

Vendas e prestações de serviços

Os proveitos associados à prestação de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transação à data de balanço. Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos inerentes à posse dos ativos vendidos são transferidos para o comprador.

Subsídios

Os subsídios do Governo só são reconhecidos quando existe segurança que a Sociedade cumprirá as condições a eles associadas e que serão recebidos. Os subsídios à exploração, recebidos com o objetivo de compensar a Entidade por gastos incorridos, são reconhecidos na demonstração dos resultados de forma sistemática durante os períodos em que são reconhecidos os gastos que os mesmos visam compensar (ver Notas 16, 17 e 18).

Gestão de Risco Financeiros

A exposição da Entidade a riscos financeiros não é significativa e inclui principalmente variações de taxas de juro, risco de crédito e risco de liquidez.

Risco Cambial

O risco cambial é baixo, na medida em que existe uma paridade fixa, ou uma relação cambial estável com as principais moedas em que decorrem as transações externas, nomeadamente o Euro e o Dólar, não obstante a maioria das prestações de serviços e financiamentos obtidos serem em Escudos cabo-verdianos;

Risco da taxa de juro

Os empréstimos vencem juros a taxas variáveis, encontrando-se por isso a Sociedade sujeita ao risco da variação da taxa de juro. Não existem “swaps” de taxas de juro.

Risco de crédito

Dado existir um número relativamente significativo de clientes e face à sua dispersão geográfica, não se considera existir concentração de risco de crédito.

Risco de liquidez

A Entidade apresenta fundo de maneio positivo na ordem dos mCVE 350 000, tem gerado e espera-se que continue a gerar fluxos de caixa operacionais positivos suficientes para suprir as suas necessidades de tesouraria, pelo que não apresenta risco de liquidez.

Especialização de exercícios

Os rendimentos e gastos são registados de acordo com o princípio da especialização de exercícios, ou seja, são reconhecidos à medida que são gerados, independentemente do momento em que são recebidos ou pagos. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos gerados são registadas no balanço nas rubricas de Outras contas a receber e Outras contas a pagar.

Transação em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira, quando existem, são convertidas e contabilizadas em Escudos ao câmbio histórico da data em que ocorrem, sendo os saldos devedores e credores expressos em moeda estrangeira, no final do exercício, atualizados para Escudos resultantes da aplicação da taxa de câmbio oficial vigente nessa data. As diferenças de câmbio, favoráveis ou desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, pagamentos ou à data do balanço são registadas como ganhos ou perdas na demonstração dos resultados do exercício.

Responsabilidades assumidas para com o pessoal

De acordo com a legislação cabo-verdiana vigente, os trabalhadores têm anualmente direito a um mês de férias remuneradas, encargo este, que representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Adicionalmente, a Sociedade garante aos trabalhadores o pagamento de subsídio de férias o que, à semelhança das férias, representa um direito adquirido pelo serviço prestado no ano civil anterior ao do seu pagamento. Esta responsabilidade encontra-se apresentada em balanço na rubrica Outras contas a pagar (ver Nota 13).

Os trabalhadores da Entidade encontram-se integralmente abrangidos pelo sistema oficial de previdência social, gerido pelo Instituto Nacional de Previdência Social (INPS), não assumindo a entidade qualquer responsabilidade, presente ou futura, relacionada com o pagamento de pensões ou complementos de reforma.

Fornecedores e Outras contas a pagar

Os saldos de fornecedores e outras contas a pagar são registados pelo seu valor nominal ou presente, caso aplicável.

Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência e outros fatores, designadamente em eventos futuros em que se acredita ser expectável virem a ocorrer, de acordo com as circunstâncias atuais. As diferenças de estimativa são registadas em rendimentos/gastos do exercício nas rubricas respetivas da natureza do rendimento ou gasto.

4. Nota 2 – Fluxos De Caixa

São considerados Caixa e Equivalentes os saldos de Caixa e Depósitos bancários que se encontram disponíveis para uso num curto prazo que não exceda os três meses. Adicionalmente, consideram-se também equivalentes de caixa as aplicações financeiras que estejam disponíveis para uso num prazo não superior a três meses e em relação às quais a variação de justo valor não é significativa, assim como os descobertos bancários, que são apresentados no Balanço em Financiamentos obtidos.

5. Nota 3 – Ativos Fixos Tangíveis

Os movimentos ocorridos nestas rubricas decompõem-se como segue (em mCVE):

	TERRENOS E RECURSOS NATURAIS	EQUIPAMENTO BÁSICO	EQUIPAMENTO DE TRANSPORTE	EQUIPAMENTO ADMINISTRATIVO	OUTROS ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	TOTAL GERAL
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2020						
Valor de aquisição	22 037	2 036	3 735	7 948	4 426	40 182
Depreciação acumulada		(1 631)	(675)	(4 319)	(467)	(7 091)
Imparidade acumulada						
Valor escruturado	22 037	406	3 060	3 629	3 959	33 091
VARIACÕES EM 2020						
Valor líquido inicial	22 037	406	3 060	3 629	3 959	33 091
Aquisições		1 280		12 561	22 266	36 107
Alienações/correcções depreciações acumuladas					9 259	9 259
Depreciação do exercício		(108)	(675)	(7 004)	(1 066)	(8 853)
Impariedades do período						
Reverão de impariedades						
Valor líquido	22 037	1 577	2 385	9 187	34 418	69 604
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020						
Valor de aquisição	22 037	3 316	3 735	20 509	26 692	76 289
Depreciação acumulada		(1 739)	(1 350)	(11 323)	7 726	(6 685)
Valor escruturado	22 037	1 577	2 385	9 187	34 418	69 604
VARIACÕES EM 2021						
Valor líquido inicial	22 037	1 577	2 385	9 187	34 418	69 604
Aquisições		3 586		4 177	14 261	22 024
Depreciação do exercício		(249)	(675)	(1 713)	(8 467)	(11 103)
Valor líquido	22 037	4 915	1 710	11 650	40 213	80 525
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021						
Valor de aquisição	22 037	6 903	3 735	24 686	40 953	98 313
Depreciação acumulada		(1 987)	(2 025)	(13 035)	(741)	(17 789)
Valor escruturado	22 037	4 915	1 710	11 650	40 213	80 525

As adições compreendem, essencialmente, (i) em Equipamento Básico, com a aquisição de Chlillers para o Data Center (mCVE 3 402), (ii) em Equipamentos Administrativos, com a aquisição de computadores e monitores (mCVE 3 475) e (iii) em Outros Ativos Fixos Tangíveis, com a aquisição de baterias para UPS (*Uninterruptible Power Supply*) do Data Center (mCVE 12 067).

Em 2020 as adições compreendiam, essencialmente, em equipamentos administrativos, a aquisição de secretárias (mCVE 1 825) e computadores (mCVE 2 732) e em outros ativos fixos tangíveis, a aquisição de equipamentos de segurança e de monitorização de rede, firewalls PaloAlto e FortiGate à HardSecure (mCVE 29 178) e letreiro do NOSi (mCVE 2 229).

6. Nota 4 – Ativos Intangíveis

Os movimentos em ativos intangíveis decompõem-se como segue:

	mESC
POSIÇÃO EM 1 DE JANEIRO DE 2020	
Valor de aquisição	175 287
Depreciação acumulada	<u>(173 155)</u>
Valor escriturado	<u>2 132</u>
VARIAÇÕES EM 2020	
Valor liquido inicial	2 132
Aquisições	33 041
Depreciação do exercício	<u>(2 335)</u>
Valor liquido	<u>32 838</u>
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2020	
Valor de aquisição	208 328
Depreciação acumulada	<u>(175 490)</u>
Valor escriturado	<u>32 838</u>
VARIAÇÕES EM 2021	
Valor liquido inicial	32 838
Aquisições	739
Depreciação do exercício	<u>(11 232)</u>
Valor liquido	<u>22 345</u>
POSIÇÃO A 31 DE DEZEMBRO DE 2021	
Valor de aquisição	209 067
Depreciação acumulada	<u>(186 722)</u>
Valor escriturado	<u>22 345</u>

As adições em 2021 compreendem a aquisição do licenciamento do programa de gestão Odoo (mCVE 739).

Em 2020, as adições compreendiam em aquisição do licenciamento e suporte dos firewalls Palo e Alto FortiGate à ardsecure, em dezembro de 2020, por mCVE 27 717 e do pacote para gestão de Infraestrutura de Chave Pública (PKI) à Primekey, por mCVE 4 414.

A sociedade opera presentemente com uma licença da Oracle adquirida em 2016 por mCVE 168 491, a qual foi amortizada ao longo dos exercícios de 2016 a 2018.

Os restantes ativos intangíveis dizem respeito a programas de computador.

7. Nota 5 – Clientes

O saldo a receber de clientes compreende:

	mCVE	
	2021	2020
Clientes conta corrente - Nacionais		
Direção de Estrangeiros e Fronteiras	77 586	77 586
Câmara Municipal da Praia	79 005	60 791
Direção Geral das Telecomunicações e Economia Digital	46 430	46 430
Sistema Nacional de Identificação e Arquivo	41 653	41 653
Direção Geral de Apoio ao Processo Eleitoral	479	25 803
Ministério das Finanças	7 398	22 410
Câmara Municipal do Sal	20 019	16 696
Direção Geral dos Transportes	13 714	13 509
UC-SNQ - Ministério das Finanças	13 167	13 167
Casa do Cidadão	12 228	11 725
Instituto Nacional de Gestão	10 727	10 748
Câmara Municipal de São Vicente	12 473	10 549
Polícia Nacional	10 230	10 230
Câmara Municipal de Santa Catarina	10 754	8 264
Polícia Judiciária	7 840	8 091
Câmara Municipal de Boa Vista	9 711	7 926
Hospital Agostinho Neto	7 569	7 923
Câmara Municipal do Tarrafal	9 565	7 597
Câmara Municipal de Santa Cruz	9 223	7 276
Centro Nacional de Pensões Sociais	8 122	7 017
Câmara Municipal São Domingos	8 087	6 947
Câmara Municipal do Porto Novo	8 028	6 725
Direcção Nacional da Administração	-	
Outros, inferiores a mCVE 7 000	158 724	171 682
	<hr/> 582 731	<hr/> 600 744
Clientes conta corrente - Estrangeiros		
Guiné Equatorial	57 889	57 889
Guiatel - Serviços de Telecomunicações		4 962
ECOWAS - Economic Community of West African States		14 310
Agência Fiduciária e de Administração de Projetos	7 268	
Outros, inferiores a mCVE 2 000	4 829	4 792
	<hr/> 69 986	<hr/> 81 954
Menos:		
Perdas por imparidade acumuladas	(57 889)	(57 889)
	<hr/> 12 097	<hr/> 24 064
Saldo total de clientes	594 828	624 808

Por antiguidade, os saldos de clientes decompõem-se como segue:

	Câmaras Municipais		Estado e Outras Entidades Públicas		Clientes Privados		Clientes Estrangeiros		Total	
	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020	2021	2020
Saldos até 90 dias	20 377	7 838	5 186	2 273	47	15	7 475	-	33 086	10 126
Saldos entre 91 e 180 dias	12 494	7 747	1 224	15 955	14	14		27	13 731	23 743
Saldos entre 181 e 1 ano	15 098	15 099	5 260	3 309	10	-	13	2 600	20 381	21 008
Saldos com mais de 1 ano	195 727	172 518	268 881	325 206	523	682	62 498	71 526	527 630	569 932
Saldo Total	243 697	203 202	280 552	346 743	594	711	69 986	74 153	594 828	624 809

Não foram reconhecidas perdas por imparidades relativas às dívidas do Estado, Instituições públicas e Autarquias dado ser expectativa da Administração que a sua recuperação ocorrerá a curto prazo.

8. Nota 6 – Estado E Outros Entes Públicos

IVA - Imposto sobre o Valor Acrescentado

		mCVE	
		2021	2020
Saldos devedores			
IVA - Imposto sobre Valor Acrescentado	(i)	19 176	16 551
Imposto sobre lucros a recuperar	(ii)	2 070	2 233
		<hr/> <u>21 246</u>	<hr/> <u>18 783</u>
Saldos credores			
Contribuições para a Previdência Social	(ii)	48 264	16 132
Imposto único sobre rendimentos	(ii)	45 920	14 832
Tributação autónoma		<hr/> 298	<hr/> 163
		<hr/> <u>94 483</u>	<hr/> <u>31 127</u>

Corresponde ao valor do IVA a favor da Entidade referente ao exercício de 2021 (mCVE 2 625) e transitado de exercícios anteriores (mCVE 16 551). Não foram feitos pedidos de reembolso.

Contribuições para a Previdência Social/Retenção de impostos sobre rendimentos

Correspondem, essencialmente, (a) às contribuições da Entidade para a previdência social, dos quais mCVE 40 189 se encontram em mora à data do balanço e (b) às retenções efetuadas no processamento de remunerações do pessoal dependente, no montante de mCVE 44 794 (2020: mCVE 14 300) e no processamento dos honorários do pessoal independente, no

montante de mCVE 1 096 (2020: mCVE 471), dos quais mCVE 965 se encontram em mora à data do balanço.

Imposto sobre lucros do exercício:

O resultado fiscal do exercício de 2021 e o encargo do exercício de 2020 com o imposto sobre lucros, foram calculados como segue:

	mCVE	
	2021	2020
Resultado antes de impostos	(205 688)	(65 619)
A adicionar		
Outros custos não aceites	4 722	2 440
A deduzir		
Correções relativas a exercícios anteriores		(4 613)
Benefícios fiscais (formação e mecenato)	(7 745)	(7 564)
Outros	(298)	(163)
Lucro (prejuízo) fiscal do exercício	(209 010)	(75 518)
Reporte dos prejuízos fiscais (conf. Lei nº 82/VIII/2015, de 7 de Janeiro)		
- Exercícios anteriores (50% do lucro do exercício)		
Matéria coletável		
Taxa aplicável	22,44%	22,44%
Coleta		
Tributação autónoma	(298)	(163)
Encargos do exercício com imposto sobre rendimentos	(298)	(163)

9. Nota 7 – Diferimentos

O saldo desta rubrica representa a parcela das licenças, softwares e outros serviços referentes aos exercícios de 2022 e subsequentes, cujas faturas foram, entretanto, rececionadas em 2021, encontrando-se por isso, registadas por contrapartida de Fornecedores (ver Nota 12). O saldo decompõe-se pelas seguintes entidades:

	mCVE	
	2021	2020
Microsoft		32 343
WSO2		9 782
VisionWare	4 807	3 009
Outras entidades	2 092	2 943
	6 899	48 077

10. Nota 8 – Outras Contas A Receber

O saldo desta rubrica comprehende, essencialmente, mCVE 308 715 (2019: mCVE 317 305) a receber do Ministério das Finanças e decompõe-se como segue:

- (a) mCVE 168 491 (2020: mCVE 168 491) relacionados com o empréstimo da CECV, cuja amortização do capital foi assumida pelo Estado (ver Nota 11).
- (b) mCVE 28 784 (2020: mCVE 28 784) referentes a juros do mesmo empréstimo, também assumidos pelo Estado (ver Nota 11).
- (c) mCVE 111 440 (2020: mCVE 120 029), a título de subsídio à exploração, com contrapartida em Fornecedores, dos quais:

mCVE 33 130 (2020: mCVE 70 757), a título de subsídio à exploração, com contrapartida em Fornecedores, relacionados com o fornecimento de serviços de circuitos e internet pela Cabo Verde Telecom e CV Multimédia, registados em Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 12).

mCVE 78 310 (2020: mCVE 49 272), referentes á royalties devidos à Microsoft, cujo pagamento é assumido pelo Estado.

11. Nota 9 – Caixa E Depósitos Bancários

O detalhe do valor escriturado nesta rubrica é apresentado no quadro seguinte:

	mCVE	
	2021	2020
Caixa		
Fundo Fixo	70	70
	70	70
Depósitos à ordem		
Banco Comercial do Atlântico	4 282	1 010
Caixa Económica de Cabo Verde	16 229	4 606
Banco Africano de Investimentos	10	13
	20 521	5 629
	20 591	5 699

12. Nota 10 – Capital Próprio

Os movimentos Registados em 2021 e em 2020 nesta rubrica, encontram-se evidenciados na Demostração de Alteração de Capital Próprio.

Capital social

O capital social, integralmente realizado, está representado por 50 000 ações com o valor nominal de ESC 1 000 (mil escudos) cada e é detido pelo Estado de Cabo Verde.

Outras variações no capital próprio

O saldo de mCVE 192 709 (2020: mCVE 192 709) comprehende, (i) mCVE 168 491 correspondentes ao valor do empréstimo contraído junto da CECV para a aquisição da licença ORACLE, cuja amortização do capital foi assumida pelo Estado (ver Notas 8 e 11) e (ii) mCVE 24 219 (2020: mCVE 24 219) referentes a bens do ativo fixo tangível doados pelo acionista

Estado, dos quais mCVE 22 013 se referem a um terreno e mCVE 3 182 a equipamentos administrativos, líquidos de depreciações acumuladas de mCVE 1 000.

Reservas legais

O saldo de mCVE 2 688 resulta da aplicação do resultado líquido do exercício de 2019.

13. Nota 11 – Financiamentos Obtidos

O saldo de mCVE 219 529 (2020: mCVE 168 491) corresponde a dois empréstimos, sendo que:

mCVE 168 491 corresponde ao empréstimo contratado em novembro de 2016 com a Caixa Económica de Cabo Verde, destinado a financiar a aquisição da licença ORACLE (ver Nota 4). Com a maturidade do empréstimo em novembro de 2021 o contrato foi reestruturado e renovado para mais 8 anos em 2022 (Ver Nota 28).

O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto do Estado de Cabo Verde, que também assume a liquidação do capital e dos juros, nos Termos do Protocolo de prestação de serviços assinado em 2018 entre a Entidade e o Ministério das Finanças. Nesta base, em 2020, procedeu-se ao reconhecimento do valor correspondente a receber do Ministério das Finanças por contrapartida de uma contribuição do acionista para o capital próprio (Outras variações no Capital próprio), tendo as demonstrações financeiras de 2019 sido reexpressas em conformidade (ver Notas 0 e 10).

mCVE 56 900 corresponde ao empréstimo contratado em maio de 2021 com a Caixa Económica de Cabo Verde, destinado a financiar a aquisição de *appliances* e licenças necessárias para garantir suporte, manutenção/atualização e *compliance* de duas arquiteturas de *firewall* na RTPE. O empréstimo encontra-se garantido por uma carta conforto de Estado de Cabo Verde, e será liquidado num período de 5 anos, mediante pagamento mensal de capital e juros a taxa de 5.5%.

14. Nota 12 – Fornecedores

O saldo decompõe-se como segue:

	mCVE	
	2021	2020
Electra Sul	180 963	152 681
Microsoft	78 467	88 675
ARME-Agência Reguladora Multisetorial de Economia	35 577	32 630
Hardsecure	28 447	56 895
Cabo Verde Telecom	41 723	34 008
CV Multimédia	33 074	36 749
Guiatel	16 211	
Visionware	15 712	1 254
OpenSoft	12 886	2 377
Cvnet, Lda	2 182	9 833
WSO2 Inc	3 726	7 978
Digitmarket - Sistemas de Informação	5 639	6 466
ASA- Aeroportos e Segurança Aérea	3 023	
ActiveSys	9 401	
TEI	6 000	
RUIIUR	3 621	
Huawei Technologies	5 471	
Outros, inferiores a mCVE 3 000	<u>16 541</u>	<u>21 208</u>
	<u>498 665</u>	<u>450 753</u>

A dívida para com a Electra Sul relaciona-se com o fornecimento de energia elétrica.

O saldo devido a Microsoft resulta da aquisição do pacote Microsoft 365, incluindo o Word, Excel, PowerPonit, Outlook, OneNote, SharePoint e Microsoft Teams.

A dívida para com a ARME relaciona-se com a taxa de regulação referente ao ano de 2021 (mCVE 2 947) e anos anteriores.

O saldo a pagar à Hardsecure resulta da aquisição de equipamentos e suporte dos firewalls Palo Alto e FortiGate, no valor de mCVE 19 919 e respetiva licença para o período de 2021 a 2023, no valor de mCVE 27 717. Em 2021 foi liquidado 50% desse valor.

As dívidas à CV Telecom e à CV Multimédia, no montante total de mCVE 74 796, relacionam-se com o fornecimento de serviços de circuitos e internet.

O valor de mCVE 74 796 devidos à da CV Telecom e à CV Multimédia, são subsidiados pelo Estado de Cabo Verde, a título de subsídio à exploração (ver Nota 16 e 17), razão pela qual têm contrapartida em Outras contas a receber - Ministério das Finanças (ver Nota 8).

15. Nota 13 – Outras Contas A Pagar

O saldo desta rubrica comprehende, essencialmente, mCVE 23 453 (2020: mCVE 25 426) relativos a encargos férias e subsídios de férias a pagar no ano seguinte (ver Nota 1.13).

16. Nota 14 – Diferimentos

O saldo desta rubrica representa os desembolsos recebidos da Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais (DGEFPEP) destinados a compensar os gastos a incorrer em 2021 com os estagiários. Em 2021 não teve qualquer desembolso, tendo sido apenas reconhecidos os gastos incorridos com os estagiários que transitaram do ano anterior.

17. Nota 15 – Vendas E Prestações De Serviços

	mCVE	
	2021	2020
Serviços Ministério Finanças	(i)	260 965
Outros	(ii)	17 593
Consultorias	(iii)	12 932
IaaS - Infrastruture as a Service	(iv)	51 590
Bundled	(v)	32 947
Housing	(vi)	15 906
SaaS – Software as a Service	(vii)	13 030
PaaS - Platform as a Service		5 873
Comunicação		11 540
Desenvolvimento Software		37 292
Outros, inferiores a mCVE 5 000		1 457
	461 125	462 310

Ministério das Finanças

No âmbito do Protocolo de prestação de serviços assinado entre as partes em abril de 2018, os serviços prestados ao Ministério das Finanças compreendem essencialmente (i) serviços de backup (mCVE 3 128/mês), (ii) serviços de licenciamento de software (mCVE 2 387), (iii) serviço VPS (mCVE 2 963/mês), entre outros, totalizando o montante anual de mCVE 260 295. Em contrapartida, a renda a pagar pelo NOSi pela utilização dos ativos do Estado relativos aos investimentos do E-gov1 e E-gov2 ascende a mCVE 110 965 (ver Nota 17 (i)).

Outros

Compreende, essencialmente o valor por faturar ao INPS (mCVE 8 244) referente ao período de janeiro a agosto de 2021, ao serviço de Managed Services (mCVE 7 316), correspondente ao serviço de suporte *Helpdesk* para apoio na resolução de problemas com os serviços contratados.

Em 2020, o saldo incluía, (a) softwares desenvolvidos aos clientes (i) UC-SNQ - Ministério das Finanças (mCVE 3 111), (ii) Projeto Projeto PALOP (mCVE 2 696), (iii) Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (mESC 2 590), (iv) Direção Nacional da Administração Pública (mCVE 2 544) e (v) Quadro Integrado Reforçado (mCVE 2 017), (b) serviços relacionados com o lançamento de fibra ótica prestados ao Ministério das Finanças (mCVE 13 054) e ao Banco de Cabo Verde (mCVE 8 389) e (c) serviços de conectividade à rede tecnológica privativa do Estado (mCVE 10 411).

Consultorias

Compreendem, essencialmente, os serviços de consultoria prestados (i) ao Ministério das Finanças, no valor de mCVE 4 393 nas áreas de *Database on SQL Server*, *PowerPivot*, *Reporting Services*, *Analisis Services*, *SharePoint Server* e *Power BI*, (ii) ao Instituto de Inovação e Conhecimento no valor de mCVE 3 917 referente a manutenção de infraestrutura, plataformas e Sistemas para prevenção e correção de falhas, (iii) a Proempresa, no valor de

mCVE 2 734 referente a consultoria na área de desenvolvimento ecossistemas e inovação de base tecnológica, e estruturação e seguimento da equipa da Cabo Verde Digital.

Em 2020 compreendia, essencialmente, serviços de consultoria prestados (i) à Direção Geral e Apoio ao Processo Eleitoral (mCVE 22 437) referentes à implementação de um conjunto de melhorias no sistema de informação e gestão eleitoral e assessoria técnica às eleições, (ii) ao Ministério das Finanças, no valor de mCVE 8 338 referente ao Upgrade e Implementação do Sistema de Informação de Registo Predial (SIRP) e Sistema de Informação de Notariado (SIN) para a Direcção Geral dos Registros, Notariado e Identificação (DGRNI).

IAAS – Infrastrutures As A Services

Compreendem, essencialmente, mCVE 37 164 (2020: mCVE 28 255) de disponibilização de recursos computacionais ao INPS, tais como:

Webhosting – disponibilização de espaço em servidor compartilhado, com a utilização de servidor com “webserver” para hospedar e gerir sites. Fornece ainda um sistema de mensagens (webmail), gestão de subdomínios e oferta de base de dados com características específicas em cada pacote;

Virtual Private Server (VPS) – disponibilização de servidores virtuais privados para alojamento, acessível via internet e providos de alto nível de segurança e de confiabilidade dos dados. O serviço permite a configuração e o controle do servidor, beneficiando de uma série de serviços associados como monitoramento, alta disponibilidade e acompanhamento técnico especializado;

Virtual Data Center (VDC) – disponibilização de recursos virtuais lógicos e isolados, desenhado para permitir o autoprovisionamento e gestão dos recursos de computação através da internet, podendo ser utilizado consoante a necessidade;

Backup – realização de cópias de segurança de dados que permite, a qualquer momento, aceder e recuperar os dados de um momento anterior.

Bundled – Office Automation

Compreende aplicativos disponibilizados às Câmaras Municipais e ao INPS, ascendendo a mCVE 21 721 e mCVE 3 600 (2020: mCVE 14 340 e mCVE 4 925), respetivamente, e a outras entidades.

Housing

Consiste em serviços de alojamento de servidores, de modo seguro, prestados ao Banco de Cabo Verde e à ECOWAS Commission nos montantes de mCVE 7 200 e mCVE 4 082, respetivamente (2020: mCVE 7 200 e mCVE 4 082).

SAAS – Software As A Service

Compreende, essencialmente, mCVE 12 181 (2020: mCVE 10 350) referente a disponibilização de plataformas para alojamento de soluções e-GOV as Câmaras Municipais.

18. Nota 16 – Subsídios Á Exploração

Os Subsídios à Exploração concedidos pelo Estado (Ministério das Finanças) e pela Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais (DGEFPEP) destinam-se a compensar, total ou parcialmente, os seguintes gastos, registados em Fornecimentos e serviços externos (ver Nota 17) e Gastos com o pessoal (ver Nota 18):

	mCVE	
	2021	2020
Ministério das Finanças		
Aluguer de Circuitos à CV Telecom	76 561	76 514
Serviços de internet da CV Multimédia	44 098	44 098
Licenças da Microsoft	78 310	21 522
	198 969	142 134
DGEFPEP		
Mentoria - Valor destinado ao NOSi	10 133	17 351
Bolsa de estudos aos estagiários	11 265	11 573
Kit Informático		3 744
Renda do NOSi Akademia	2 020	2 424
Gastos diversos com estagiários	8 700	5 867
	32 117	40 959

Dos mCVE 32 117 subsidiados pela DGEFPEP, mCVE 11 133 encontram-se registados em Gastos com o Pessoal (ver Nota 18), correspondendo os restantes mCVE 10 133, designados por Mentoria, à formação ministrada aos estagiários por técnicos do NOSi.

19. Nota 17 – Fornecimentos E Serviços Externos

O detalhe do valor escriturado na rubrica Fornecimentos e Serviços Externos é o seguinte:

	mCVE	
	2021	2020
Rendas e alugueres	(i)	119 586
Comunicação	(ii)	113 521
Eletricidade	(iii)	33 303
Royalties	(iv)	133 201
Trabalhos especializados	(v)	67 577
Trabalhos executados no exterior	(vi)	152
Conservação e reparação	(vii)	7 288
Honorários		3 584
Vigilância e segurança		5 079
Deslocações e estadas		5 642
Limpeza, higiene e conforto		3 236
Outros fornecimentos e serviço		5 099
Publicidade e Propaganda		3 312
Outros, inferiores a mCVE 2 500		10 430
	511 011	381 271

Rendas e alugueres

O saldo compreende, essencialmente, rendas das instalações (a) do Data Center, propriedade do Estado, (b) da sede da Entidade e (c) do NOSi Akademia, nos montantes de mCVE 110 965 (ver Nota 16 (i)), mCVE 5 292 e mCVE 2 400 (2020: mCVE 110 965, mCVE 10 243 e mCVE 2 390), respetivamente.

Comunicação

O saldo compreende, essencialmente, fornecimentos de circuitos, serviços IP e taxa de utilização de frequências fornecidos pela CVTelecom e CV Multimédia, nos montantes de mCVE 66 574, mCVE 38 346 e mCVE 2 947 (2020: mCVE 66 615, mCVE 38 346, mCVE 2 947), respetivamente, os quais são parcialmente subsidiados pelo Ministério das Finanças (ver Nota 17).

Eletricidade

Compreendem, essencialmente, o consumo de eletricidade no Data Center, nos concentradores e na sede, nos montantes de mCVE 26 925, mCVE 4 574 e mCVE 1 318 (2020: mCVE 26 925, mCVE 3 377 e mCVE 2 622 respetivamente).

Royalties

Compreendem essencialmente, (i) as licenças adquiridas a Microsoft, relativamente ao pacote Microsoft 365 (mCVE 110 298), (ii) a licenças adquiridas a VisionWare, relativamente a Solução de Segurança Corporativa *Endpoint Protection* (mCVE 9 200), (iii) a licença adquirida a WSO2, relativamente as licenças do software WSO2 (mCVE 3 009), entre outras licenças diversas.

Trabalhos especializados

Compreendem, essencialmente, gastos com (i) licenciamento Commvault (mCVE 13 741), fornecida pela ActiveSys, (ii) modernização da Infraestrutura Tecnologica do Ministério das Finanças (mCVE 13 044) fornecida pela Tei, (iii) desenvolvimento e implementação aplicacional da solução de autenticação e Assinatura Digital (mCVE 12 886) fornecida pela Open Soft.

Em 2020 compreendiam, essencialmente, gastos com (i) a implementação do serviço de fibra ótica entre a sede do Banco de Cabo Verde e o Data Center (mCVE 8 389), prestado pela TEI, ao NOSi que, por sua vez, fatura o Banco de Cabo Verde, (ii) serviços profissionais de upgrade e migração de dados (mCVE 3 970), prestados pela Open Up, Sistemas de Informação, Lda (mCVE 1 985) e pela IDW-Consultoria em Serviços de Informação, Lda (mCVE 1 985).

Conservação e reparação

Compreendem, essencialmente, serviços de Manutenção das Infraestruturas de base do Data Center prestados pela CVNet, no valor de mCVE 3 052 (2019: mCVE 11 400).

20. Nota 18 – Gastos Com O Pessoal

	mCVE	
	2021	2020
Ordenados e salários	237 416	243 420
Remuneração dos órgãos sociais	10 596	10 696
Encargos sobre remunerações	42 858	42 336
Outros gastos com o pessoal	42 650	34 350
	<hr/> <hr/> 333 520	<hr/> <hr/> 330 803
Número médio de empregados	225	223

Os outros gastos com o pessoal incluem, essencialmente (i) mCVE 20 188 (2020: mCVE 7 260) relativos a complementos e gratificações de salário concedidos aos Diretores, Project Manager, Chefes das Divisões e Team Leaders das áreas de projeto, (ii) mCVE 8 685 (2020:

mCVE 17 179) referentes a subsídios de estágio concedidos no âmbito do Acordo de Parceria e Financiamento com a Direção Geral de Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais, os quais foram subsidiados por esta entidade, (iii) mCVE 6 805 (2020: mCVE 3 555) de gastos com formação.

21. Nota 19 – Outros Rendimentos E Ganhos

Compreendem, essencialmente, (i) a compensação dos juros do exercício referentes ao empréstimo contraído junto da CECV, no montante de mCVE 13 443 (2020: mCVE 11 827) (ver Nota 23), uma vez que os mesmos são assumidos pelo Ministério das Finanças (ver Nota 11).

22. Nota 20 – Outros Gastos E Perdas

Decompõem-se como segue:

	mCVE	
	2021	2020
Correções relativas a períodos anteriores	3 785	1 929
Imposto de selo	1 751	1 436
Taxas	282	442
Quotizações		67
Juros Câmaras Municipais	24 423	
Diferenças de Câmbio	2 346	
Donativos	145	
	<hr/>	<hr/>
	32 732	3 874

Os outros gastos e perdas, correspondem essencialmente, mCVE 24 423 relativamente ao juro de atualização do valor em dívida das Câmaras Municipais, no qual foi concedido um prazo máximo de 72 meses para liquidação dos mesmos.

23. Nota 21 – Gastos/Reversões De Depreciação E De Amortização

Compreendem as depreciações do exercício dos ativos fixos tangíveis e as amortizações do exercício dos ativos intangíveis, nos montantes de mCVE 11 103 e mCVE 11 232 (2020: mCVE 3 927 e mCVE 2 335), respetivamente (ver Notas 3 e 4).

24. Nota 22 – Juros E Perdas Similares Suportados

O saldo desta rubrica inclui, essencialmente, juros de financiamentos bancários, no montante de mCVE 13 815 (2020: mCVE 11 827) (ver Notas 11 e 19).

25. Nota 23 - Garantias

Não existiam, à data do balanço, quaisquer garantias prestadas pela Entidade.

Os financiamentos bancários obtidos encontram-se garantidos por carta conforto do Estado de Cabo Verde (ver Nota 11).

26. Nota 24 - Partes Relacionadas

Os principais saldos e transações ocorridas em 2021 e 2020 entre a Entidade e o Estado de Cabo Verde (Ministério das Finanças) e a Direção Geral do Emprego, Formação Profissional e Estágios Profissionais, summarizam-se nos quadros seguintes (em mCVE):

	2021						
	Balanço			Transações			
	Clientes	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Diferimentos	Forn. e serv. Externos	Prestação de serviços	Subsídio a exploração
(ver Nota 5)	(ver Nota 8)	(ver Nota 13)	(ver Nota 14)		(ver Nota 17)	(ver Nota 15)	(ver Nota 16)
Ministério das Finanças DGEFPEP	20 565	230 760			110 965	265 598	198 969 32 117
	20 565	230 760			110 965	265 598	231 086 11 021

	2020						
	Balanço			Transações			
	Clientes	Outras contas a receber	Outras contas a pagar	Diferimentos	Forn. e serv. Externos	Prestação de serviços	Subsídio a exploração
(ver Nota 5)	(ver Nota 8)	(ver Nota 13)	(ver Nota 14)		(ver Nota 17)	(ver Nota 15)	(ver Nota 16)
Ministério das Finanças DGEFPEP	35 577	317 305		13 973	110 965	287 283	142 134 40 959
	35 577	317 305		13 973	110 965	287 283	183 093 13 667

(i) Não existem transações com os Administradores.

27. Nota 25 – Responsabilidades E Compromissos Financeiros Não Incluídos No Balanço

Não são conhecidas outras responsabilidades e contingências além das referidas nas Notas anteriores.

28. Nota 26 – Divulgações Exigidas Por Diplomas Legais

As remunerações dos membros de órgãos de sociais e dos auditores, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e 2020, decompõem-se como segue (em mCVE):

	mCVE	
	2021	2020
Conselho de administração	10 596	10 696
Órgão de fiscalização	360	360
Auditores	1 220	1 440
	12 176	12 496

29. Nota 27 - Outras Informações Sobre A Aplicação Do Regime Do Acréscimo

Ver Notas 7, 14 e 15.

30. Nota 28 – Eventos Subsequentes

Em 2014, através do Decreto-Lei nº 13/2014, de 25 de fevereiro, o NOSi foi erigido em Entidade Pública Empresarial (NOSi, E.P.E.), com a missão de impulsionar a sociedade de conhecimento, nomeadamente através da inovação e mecanismos de governação eletrónica integrada para facilitar o quotidiano dos cidadãos e dos agentes económicos e elevar os padrões de competitividade e melhoria da qualidade de vida dos cabo-verdianos.

As câmaras municipais são instituições públicas beneficiárias dos serviços da governação digital do Estado de Cabo Verde, sendo que os serviços prestados pelo NOSi, E.P.E., aos municípios cabo-verdianos ao longo desses anos, para garantir a manutenção e melhoria continua dos sistemas.

Em 2021 o valor da dívida relativamente a estes serviços prestados as câmaras municipais representam cerca de 39.55% do valor de dívidas apresentado no balanço.

Entretanto, vem sendo estabelecido um contrato junto as câmaras municipais, visando implementar procedimentos necessários para pagamento de serviços e-GOV e também pelos serviços prestados de janeiro de 2016 até 31 de dezembro de 2021.

CARLOS ALBERTO TAVARES PINA
(Presidente do Conselho de Administração)

MAYRA SUELY SANTOS SILVA
(Administradora Executiva)

LUMUMBA FERNANDES BARBOSA
(Administrador Executivo)

ARLINDO FERREIRA LIMA
(Técnico Oficial de Contas)

PARTE IV - PARECERES ÀS CONTAS